

**ARTIGO 43º DA LEI 50/2012
DE 31 DE AGOSTO**

CONTRATO DE SOCIEDADE

MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.

ARTIGO 1.º

1. A sociedade adopta a denominação de MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., e rege-se pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável ao sector empresarial local.
2. A sede social é em Taguspark, Edifício Ciência II, N.º 11, 3.º Piso B, freguesia de Porto Salvo, podendo ser transferida por simples deliberação do conselho de administração, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, a quem igualmente competirá decidir sobre a criação de delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de deliberação no país ou no estrangeiro.
3. A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

1. A sociedade tem por objecto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet; a concepção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua actividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspecção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função accionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.
2. A sociedade pode participar em outras sociedades e associar-se em agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico ou em consórcios.

3. A Sociedade pode celebrar com os seus accionistas contratos-programa definindo pormenorizadamente o seu objecto e missão, bem como as funções de desenvolvimento económico local e regional a desempenhar.

ARTIGO 3.º

O capital social é de TRÊS MILHÕES DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL SEISCENTOS E SETENTA E OITO EUROS E SESENTA E SETE CÊNTIMOS, subscrito e realizado em dinheiro e em espécie.

ARTIGO 4.º

1. O capital social é representado por seiscentas e quarenta e oito mil e seiscentas e trinta e três acções, no valor nominal de quatro euros e noventa e nove cêntimos cada uma, representadas por títulos de um, dez, cem, mil, cinco mil, dez mil ou vinte mil acções.
2. As acções podem revestir forma escritural, quer na sua emissão, quer por conversão.
3. As acções serão assinadas por dois administradores, por chancela ou reprodução, por meios mecânicos ou informáticos.

ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por uma ou mais vezes, por simples deliberação do conselho de administração, com observância das normas legais aplicáveis.

ARTIGO 6.º

1. A transmissão de acções está subordinada ao consentimento da sociedade, sendo a sua concessão ou recusa competência do Conselho de Administração, com excepção do disposto no número quatro do presente artigo.
2. Em segunda linha a transmissão de acções da sociedade está subordinada a um direito de preferência do município que sobre ela detenha influência dominante.
3. A recusa do consentimento pelo Conselho de Administração, pode ser fundamentada em qualquer interesse relevante para a sociedade, sendo obrigatória no caso de o proposto adquirente ser pessoa, singular ou colectiva, de direito privado.
4. O Conselho de Administração pode optar por remeter a decisão sobre o consentimento à Assembleia-geral, que poderá decidir prestar o consentimento da Sociedade para a aquisição de acções por entidade de direito privado.
5. O prazo para a Assembleia-geral, para o Conselho de Administração da sociedade e para o município que sobre ele exerça influência dominante se pronunciarem sobre o pedido

- de consentimento é de sessenta dias, sendo livre a transmissão das acções transcorrido esse prazo sem que estes se pronunciem.
6. A comunicação de preferência deve ser feita nos termos da lei civil, incluindo todos os elementos do negócio a preferir.
 7. A venda feita em violação do disposto no presente artigo não é eficaz face à Sociedade e aos seus accionistas, sem prejuízo do direito da Sociedade ou do accionista que detenha uma participação dominante nesta, em intentar uma acção de preferência nos termos legais.
 8. No caso de recusa de consentimento da Sociedade e de não exercício do direito de preferência por parte do município que sobre ela exerça influência dominante, a sociedade obriga-se a adquirir ou a fazer adquirir as acções nas condições de preço e pagamento que fundamentarem o pedido de consentimento. Tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a Sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real determinado nos termos previstos no artigo 105.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 7.º

Os órgãos sociais são a assembleia-geral, o conselho de administração e o fiscal único.

ARTIGO 8.º

1. A Assembleia-geral é constituída por todos os accionistas com direito a pelo menos um voto.
2. A cada grupo de duzentas e uma acções correspondente a um voto.
3. Os accionistas podem fazer-se representar na assembleia-geral, nos termos da lei.
4. A aquisição, alienação ou oneração de quaisquer bens imóveis necessita de deliberação da assembleia-geral com votos favoráveis da totalidade dos accionistas.
5. Mediante autorização da Assembleia-geral, expressa por maioria simples, a sociedade pode associar-se, pela forma que entender mais conveniente a quaisquer entidades colectivas de natureza associativa.

ARTIGO 9.º

1. A mesa da assembleia-geral será constituída por um presidente e um secretário, eleitos por um período de quatro anos, sendo reelegíveis por uma ou mais vezes.

2. A convocatória da Assembleia-geral deve ser feita pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, mediante carta registada enviada a todos os accionistas, com a antecedência mínima de vinte e um dias.

ARTIGO 10.º

1. A administração da sociedade compete a um conselho de administração composto por três ou cinco membros, eleitos de três em três anos pela assembleia-geral, podendo ser reeleitos por um máximo de três vezes.
2. A assembleia-geral designará de entre os membros do conselho de administração um presidente, o qual terá voto de qualidade.
3. A assembleia-geral deliberará sobre a caução a prestar pelos administradores, nos termos da lei.

ARTIGO 11.º

1. O conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade num ou mais administradores delegados.
2. Para a prática de actos ou categorias de actos determinados, o conselho de administração pode nomear um ou mais mandatários da sociedade.
3. Cabem ao conselho de administração os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade e a realização de todos os actos e operações relativos à execução do objecto social.
4. Os membros do Conselho de Administração celebrarão com a Sociedade, no início de cada mandato, um contrato de gestão na acepção do Decreto-lei 71/2007 de 27 de Março, definindo os objectivos e os parâmetros de avaliação do mesmo.

ARTIGO 12.º

1. O conselho de administração reunirá sempre que convocado nos termos da lei.
2. O conselho de administração poderá fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias, caso em que não haverá lugar a convocação nos termos do número anterior.
3. Os administradores podem votar por escrito e bem assim fazer-se representar por outro administrador nas reuniões do conselho de administração.

ARTIGO 13.º

1. A sociedade obriga-se:
 - a. Pela assinatura do presidente do conselho de administração;

- b. Pela assinatura de um administrador-delegado nos termos e limites dos poderes que lhe tenham sido delegados;
 - c. Pela assinatura dos mandatários constituídos no âmbito e nos termos do correspondente mandato.
2. Os actos e documentos de mero expediente poderão ser praticados ou assinados por um administrador.

ARTIGO 14.º

1. A fiscalização dos negócios sociais será exercida por um fiscal único eleito em assembleia-geral.
2. O fiscal único e o suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.
3. O mandato do fiscal único é de três anos e é renovável.

ARTIGO 15.º

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 16.º

Os lucros líquidos apurados no balanço anual da sociedade terão a aplicação que a assembleia-geral determinar, deduzidas as verbas que por lei tenham de destinar-se à constituição ou reforço de fundos de reserva, podendo não ser distribuídos.

ARTIGO 17.º

Os administradores ficam desde já autorizados, nos termos da alínea b) do artigo 277.º do Código das Sociedades Comerciais, a proceder ao levantamento dos montantes depositados para fazer face às despesas da Sociedade ou outras que se mostrem necessárias ao seu bom funcionamento.

ARTIGO 18.º

A alteração do contrato de sociedade, quer por modificação, supressão ou aditamento de algumas cláusulas só pode ser deliberada por uma maioria de dois terços dos votos correspondentes ao capital social.

ARTIGO 19.º

1. A dissolução da sociedade só pode ocorrer nos casos e nos termos da lei.

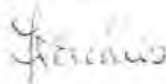
2. A deliberação de dissolução da sociedade deve ser tomada por maioria de três quartos dos votos representativos do capital social.

ARTIGO 20.º

A liquidação da sociedade será feita por uma comissão liquidatária, cujos membros podem ser administradores, designados pela assembleia-geral nos termos da lei.

Lisboa, 08 de Junho de 2015

A Advogada-Estagiária,



C.P. n.º 36454L

INÉS ESCÓRCIO

ADVOGADA-ESTAGIÁRIA - CP 36454 L
NIF 254 565 778 - SF 1503 Cascais - 1

CORREIA, BRAZ & ASSOCIADOS - SDC. ADV., RL
Rua Artilharia Um, Emp. Nova Amoreiras, 71 - 77
Lote 7, Piso 3, Fração 10 - 1250-038 LISBOA
Telef. 212 499 991 - Fax: 212 240 9532

Lista de acionistas a 31.12.2021.xlsx

Acionistas	Valor da participação €	% da participação
Município de Oeiras	1.835.521,60	56,71%
Município de Vila Nova de Gaia	154.699,98	4,78%
Município de Maia	150.199,00	4,64%
Município da Figueira da Foz	74.850,00	2,31%
Município de Matra	74.850,00	2,31%
Município de Sesimbra	74.850,00	2,31%
Município de Viseu	69.860,00	2,16%
Com. Intermunicipal da Lezíria do Tejo	54.865,05	1,70%
Município de Portimão	24.999,90	0,77%
Associação de Mun. Reg. Autónoma Açores	24.950,00	0,77%
Associação para o Des. Baixo Guadiana (ODIANA)	24.950,00	0,77%
Município de Ansião	24.950,00	0,77%
Município de Bragança	24.950,00	0,77%
Município do Carregal do Sal	24.950,00	0,77%
Município de Castelo Branco	24.950,00	0,77%
Município da Covilhã	24.950,00	0,77%
Município de Ílhavo	24.950,00	0,77%
Município de Lagoa	24.950,00	0,77%
Município de Leiria	24.950,00	0,77%
Município de Loulé	24.950,00	0,77%
Município de Monchique	24.950,00	0,77%
Município de Paços de Ferreira	24.950,00	0,77%
Município da Sertã	24.950,00	0,77%
Município de Vale de Cambra	24.950,00	0,77%
Município de Vila do Conde	24.950,00	0,77%
Associação de Mun. Vale Douro Norte	5.997,98	0,19%
Município de Albergaria-a-Velha	5.009,96	0,15%
Município de Ponte da Barca	5.009,96	0,15%
Associação de Mun. Douro Superior (AMDS)	4.999,98	0,15%
Associação de Mun. PEFICA	4.999,98	0,15%
Município do Fundão	4.999,98	0,15%
Município de Sintra	4.999,98	0,15%

Lista de acionistas a 31.12.2021.xlsx

Acionistas	Valor da participação €	% da participação
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	4.990,00	0,15%
Município de São João da Madeira	4.990,00	0,15%
Município de Aguiar Beira	4.985,01	0,15%
Município de Arganil	4.985,01	0,15%
Município de Barcelos	4.985,01	0,15%
Município de Boticas	9.970,02	0,31%
Município de Cabeceiras de Basto	4.985,01	0,15%
Município de Góis	4.985,01	0,15%
Município de Gouveia	4.985,01	0,15%
Município da Guarda	4.985,01	0,15%
Município de Idanha-a-Nova	4.985,01	0,15%
Município de Lamego	4.985,01	0,15%
Município de Mangualde	4.985,01	0,15%
Município de Mourão	4.985,01	0,15%
Município de Olhão	4.985,01	0,15%
Município de Oliveira do Hospital	4.985,01	0,15%
Município de Paredes	4.985,01	0,15%
Município de Penacova	4.985,01	0,15%
Município de Penamacor	4.985,01	0,15%
Município de Ponta Delgada	4.985,01	0,15%
Município de Portalegre	4.985,01	0,15%
Município de Santa Marta Penaguião	4.985,01	0,15%
Município de Santiago do Cacém	4.985,01	0,15%
Município de São Pedro do Sul	4.985,01	0,15%
Município de Sernancelhe	4.985,01	0,15%
Município de Sines	4.985,01	0,15%
Município de Trofa	4.985,01	0,15%
Município de Vieira do Minho	4.985,01	0,15%
Município de Vila Nova de Poiares	4.985,01	0,15%
Ações Próprias	137.205,04	4,22%
Totais	3.236.678,67	100%

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

FERNANDO DO NASCIMENTO TRIGO – Presidente do Conselho de Administração

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Licenciatura em Jornalismo, pela Escola Superior de Meios de Comunicação Social

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CARGOS DESEMPENHADOS EM EMPRESAS

Presidente do Conselho de Administração da Município (desde 2013)

Adjunto da Vereação IOMAF - CMO - (2010/12)

Consultor de Estratégia na empresa de comunicação YMED (2005-2009)

Diretor Coordenador da Agencia de Notícias LUSA (2003)

Membro da Administração da EPA (European PressPhoto Association" (2002/2003)

Diretor de Informação da Agencia LUSA (2002/2003)

Diretor-Adjunto de Informação da Agencia LUSA (1997/2002)

Chefe da Delegação da LUSA na Assembleia da República (1996/1997)

Chefe da Editoria "Pais" na LUSA (1994/1996)

Redator e Editor nas Agencias noticiosas NP e ANOP (1979/1984)

Coordenador de Suplementos noticiosos nos jornais "O Globo" e "A Tarde (1981/1982)

Repórter radiofónico na RDP1 e RDP Internacional (1980)

Cofundador de Boletins noticiosos "Africa Confidencial" e "Africa Focus"

Assessor do Presidente da CMO (Isaltino Morais)

Assessor do Secretário de Estado da Juventude e Desportos (2.º Governo Constitucional)

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

RUI MANOEL DA GRAÇA COIAS – Administrador não Executivo do Conselho de Administração

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

12.º ano;

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CARGOS DESEMPENHADOS EM EMPRESAS

Procurador Seamaster Shipping Agency Inc

Procurador RMC Shipping Company Limited

Presidente do Conselho de Administração da Contramar – Companhia de Transportes Marítimos, S.A.

Sócio Gerente da Seamaster-Agentes de Navegação Lda

Empresário-Armador da Marinha Marcante

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

JOÃO PEDRO TEIXEIRA BRITO DA SILVA – Administrador não Executivo do Conselho de Administração

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Pós Graduação em Contabilidade e Finanças Públicas Locais – ISLA Vila Nova de Gaia.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CARGOS DESEMPENHADOS EM EMPRESAS

Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados em 1985, atualmente com inscrição suspensa a seu pedido.

Técnico Superior Jurista na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

Assessor e Adjunto do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Chefe do Contencioso da Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

Consultor Jurídico do Conselho da Administração do Porto de Lisboa.

Adjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Assessor Jurídico do Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Assessor e Assessor Principal do Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República.

Assessor Jurídico do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Consultor Jurídico da Câmara Municipal da Trofa.

Assessor Jurista do Conselho de Administração da Águas de Gaia, S.A.

Chefe do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Vice-Presidente da Assembleia Geral do Centro Cultural de Belém, SGIL, S.A.

Vice-Presidente da Assembleia Geral da Dragapor, S.A.

Secretário da Mesa de Assembleia Geral da Galapólis, S.A.

Administrador (não executivo) da Múncipia, S.A.

Administrador (não executivo) da Trofáguas, E.M.

Administrador (não executivo) do Parque Biológico, E.M.

Administrador (não executivo) da Galurb, E.M.

Administrador (não executivo) da Águas e Parque Biológico de Gaia, E.E.M.

Informação sobre identidade e montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais:

c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;

- Dr. Fernando do Nascimento Trigo
- Dr. Rui Manoel da Graça Cóias
- Dr. João Pedro Teixeira Brito da Silva

d) Remunerações totais, fixas e variáveis, auferidas por cada membro dos órgãos sociais;

- Dr. Fernando do Nascimento Trigo – auferir mensalmente a remuneração de 2.900,16 € mais despesas de representação no valor de 580,03 €;
- Dr. Rui Manoel da Graça Cóias – por cada comparência às reuniões de Conselho de Administração auferir senhas de presença no valor de 638,04 €;
- Dr. João Pedro Teixeira Brito da Silva – por cada comparência às reuniões de Conselho de Administração auferir senhas de presença no valor de 638,04 €;

e) Número de trabalhadores desagregado segundo a modalidade de vinculação a 31/12/2021;

46 Trabalhadores dos quais:

- 27 contratos s/ termo;
- 2 contratos de cedência de interesse público;
- 5 contratos a termo certo;
- 12 contratos a termo incerto.

PLANO DE ATIVIDADES

E

ORÇAMENTO 2022



Contribuindo Valor

ÍNDICE	Pág
1 - ORGÃOS SOCIAIS	2
2 - INTRODUÇÃO	3
3 - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEADAS POR DIREÇÃO	3
3.1 - DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO	5
3.2 - DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS	6
3.3 - DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS	6
3.4 - DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL	12
4 - PLANO DE ATIVIDADES PARA 2022	18
5 - PLANO DE INVESTIMENTOS	25
6 - PLANO DE FORMAÇÃO	26
7 - ORÇAMENTO PARA 2022	27
8 - ORÇAMENTO DE TESOURARIA PARA 2022	31
9 - ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 2022, 2023 E 2024	32

1 - ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Luis Miguel Roque Tarduca Duarte Gavinhos	Presidente da Mesa
Dr. Fernando do Nascimento Trigo	Presidente Executivo
Dr. Rui Manoel da Graça Coas	Administrador não executivo
Dr. João Pedro Brito da Silva	Administrador não executivo

FISCAL ÚNICO

Dr. Joaquim dos Santos Silva	Membro Efetivo
Dr. José Joaquim Afonso Da Diz & Associados, SROC, Lda	Membro Suplente SROC nº 118

2 - INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

Ultrapassados 2 anos muito difíceis, onde a COVID condicionou substancialmente a nossa atividade, é o momento de olhar para o futuro com otimismo. Durante esse período, foi possível preparar diferentes produtos para apresentar ao mercado, baseados em processos integralmente digitais para servir os nossos habituais clientes. Foi possível também preparar o UniquePATHS dirigido aos consumidores finais, sem deixar de valorizar o território dos nossos clientes tradicionais. Aproveitámos para atualizar o nosso processo produtivo, baseado numa tecnologia mais robusta, que facilita a integração da cartografia em ambientes de sistemas de informação geográfica e em conformidade com as normas da DGT.

A capacidade de melhoria contínua dos nossos processos e tecnologias associadas foi sempre o que nos distinguiu e garante não só a nossa competitividade assim como o posicionamento inovador face aos desafios tecnológicos exigentes.

O projeto CONNECT[®] apresenta-se para 2022 como um projeto de sucesso comercial e financeiro, que tem atualmente mais de uma centena de aderentes, facilitando e agilizando processos de contratação a muitas entidades públicas. A CONNECT[®] é um projeto inovador, de serviço público, criado para potenciar a economia de escala a favor dos municípios.

Um exemplo ilustrativo da potencialidade da CONNECT[®], é o Acordo-Quadro já disponibilizado para os combustíveis, onde temos os preços mais baixos do mercado.

Nesta categoria, 18 municípios já compraram combustível mais barato na central CONNECT[®].

Seguramente os restantes 288 municípios estarão a considerar comprar combustível a CONNECT?

Para 2022, ficarão disponíveis mais Acordos Quadro, por exemplo na área de segurança e vigilância, seguros, parquímetros, entre outros, que permitem oferecer a todas as entidades adjudicantes deste país, uma vasta oferta de produtos e serviços, distribuídos por 20 Acordos Quadro, aproximadamente.

Nas atividades "core" da Município, destacam-se um conjunto de propostas internacionais apresentadas no ano de 2021, que poderão materializar-se em 2022.

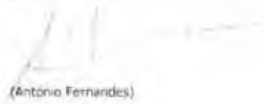
A nível nacional, como consequência das eleições autárquicas surgirão novas oportunidades para colocar os produtos tradicionais da Município, cuja credibilidade vem sendo reforçada ao longo dos últimos 22 anos de história.

Para o futuro, continuaremos a ser disruptivos, com investimentos tecnológicos cirúrgicos e adequados à realidade do nosso território e não baseados na moda ou nas tendências do mercado.

Esperam-se para 2022 a introdução de novas tecnologias na captura de dados, capazes de acelerar a produção de conteúdos de forma mais económica.

Oeiras, 29 de setembro de 2021

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

3 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEADAS POR DIREÇÃO

3.1. – DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

O plano de atividades para 2022 dá continuidade aos projetos que se encontram em execução em 2021, que essencialmente constam de projetos de cartografia e um projeto de Sistema de Informação Cadastral Simplificada.

Para 2022 e relativamente ao contexto nacional serão desenvolvidos esforços no sentido de responder a projetos de produção de cartografia para suporte aos planos diretores municipais e planos de pormenor. A área do cadastro simplificado terá uma aposta para o próximo ano, igualmente.

Relativamente ao mercado Internacional e depois da execução dos projetos de Cadastro Predial da Ilha de São Vicente, e do projeto RDUAT's (Regularização dos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra) em Nampula, continuamos com perseverança e otimismo, no sentido de continuar a apostar nalguns países, como Moçambique, Marrocos, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

A expectativa é de que estes projetos possam contribuir para continuar o sucesso desta Direção em 2022 e em 2023, já que temos a perspetiva de contratar 1.666.561 euros em 2022.

A estratégia internacional direciona-se para os seguintes mercados: Moçambique, Marrocos e São Tomé e Príncipe nas áreas da aquisição de dados geográficos e cadastro.

3.2. – DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

A Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI) é a unidade orgânica da Município, executa as atividades relacionadas com infraestruturas desde levantamentos topográficos, sondagens e deteções de infraestruturas de subsolo, cadastro de infraestruturas de redes em ambiente SIG e CAD 3D, serviços de expropriações e serviços em projetos de infraestruturas. O plano de atividades aqui apresentado foi desenhado tendo por base a evolução do mercado nacional nos segmentos de negócio que esta direção tem como competências.



A abrangência destas atividades e especificidade dos recursos existentes permite que a Município desenvolva um serviço de cadastro de infraestruturas de pormenor com elevada precisão, com vários outputs de informação (CAD 2 e 3D, vídeo, SIG, materialização em campo, ...) adequada às mais variadas necessidades dos seus clientes nomeadamente acompanhamento de obra, apoio ao projeto de requalificação de infraestruturas e correção de problemas ambientais, desenvolvimento de sistemas informação geográfico com elevado componente de caracterização técnica infraestrutural e operacional.

Esta aposta da Município é totalmente diferenciadora dos serviços prestados pela sua concorrência, pois permite chegar a outras tipologias de clientes não tradicionais de cadastro de infraestruturas, diversificando assim o nosso mercado de ação para não ficar dependente somente das entidades gestoras.

Para o triénio de 2022/24 perspetiva-se a continuidade das atividades da DEI com uma estimativa de angariação de 574.300 euros de contratos, repartidos essencialmente entre às atividades cadastro infraestruturas e expropriações.

No âmbito do Cadastro de infraestruturas destaca-se os projetos multi-infraestruturas para entidades ligadas ao projeto e execução de obra de reabilitação/requalificação e entidades ligadas à gestão do espaço urbano, como os municípios e as entidades gestoras de infraestruturas. Estes projetos incluem o levantamento exaustivo com sondagens e prospeção do subsolo com técnicas invasivas e não invasivas abrangendo todas as tipologias de redes como eletricidade, gás, telecomunicações, infraestruturas técnicas (galerias e canal técnico), combustíveis, água, drenagem, etc. Esta aposta de alargamento do leque de serviços está relacionado com o incremento de competências técnicas que a Município adquiriu ao longo de 2019 e 2020.

No âmbito de projetos relacionados com serviços de expropriações e serviços a Município prevê manter um volume de negócios semelhante aos anos anteriores nas com

a estratégia à apontar essencialmente a clientes ligados a grandes obras de infraestruturas como ferrovia, rodovia e linhas de transporte de energia, pois é nesta dimensão que é possível sustentar uma estrutura de equipa experiente e consolidada como a da Município.

3.3 – DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

A Direção de Novos Negócios (DNV) continuará em 2022 a seguir uma estratégia de identificação de novas oportunidades e desenvolvimento de negócios que envolvam a aplicação de Tecnologias de Informação Geográfica.

Numa conjuntura em que Portugal começa a preparar a saída da pandemia e que entra em funcionamento o Plano de Recuperação e Resiliência do país, a Município terá um papel fundamental no cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, tanto na dimensão da transição digital, como no combate às alterações climáticas ou na coesão territorial. Nesse âmbito, esperam-se diversas participações desta Direção no suporte a Entidades que procuram ser mais digitais, sustentáveis e coesas, beneficiando do conhecimento do território, centralização da informação e partilha de serviços que colocamos à disposição.

Em consequência, perspetiva-se um período de réplica da disrupção causada pela Município nas autarquias em matéria de transformação digital. Muitos municípios beneficiarão da transferência de conhecimento e tecnologia resultante dos 20 anos de investimento feito em meios e equipas altamente qualificadas. E à esta Direção será exigida flexibilidade, presença e acompanhamento de tendências, para que o suporte Município em cada cliente seja customizado à estratégia definida.

Ocupando as autarquias uma parte significativa do mercado em que nos posicionámos, também as eleições de 2021 influenciarão a macro envolvente, significando o início de um ciclo de gestão pública local, com novas estratégias, planos e projetos, a que se juntam as ações iniciadas em mandatos anteriores que requerem continuidade e sustentabilidade.

As soluções Município, totalmente focadas na gestão eficaz do território, acompanharão a gestão operacional das autarquias sem interrupções, sendo ao mesmo tempo dinâmicas e adaptáveis aos novos desígnios dos executivos. Neste contexto, perspetiva-se um longo

período de identificação de necessidades e a materialização das novas ideias em robustas Infraestruturas de Dados Espaciais.

Como projeto bandeira desta Direção, a plataforma uniquePATHS, desenvolvida durante o ano de 2021 com o suporte da linha de apoio à sustentabilidade do Turismo de Portugal, conhecerá uma nova fase: uma fase de atração massiva de pessoas locais, ávidas de transmitir o seu conhecimento e conseguir uma nova fonte de rendimento. A uniquePATHS, já disponível em www.uniquepaths.pt, junta visitantes, interessados em experiências autênticas, com profundos conhecedores do território e surge do nosso envolvimento no desafio de dinamização territorial.

Em matéria de serviços maduros geridos pela DNV, o investimento realizado na estrutura comercial permitirá manter a tendência de crescimento para 2022, apesar da conjuntura dos últimos 2 anos.

O serviço de gestão de frotas, colocado em regime de exclusividade pela Município para todos os clientes públicos, continuará a ganhar escala e volume de negócios, prevendo-se para 2022 que a cifra ultrapasse as 3.700 viaturas monitorizadas.

A Central Nacional de Compras Municipais CONNECT², com 114 aderentes, continuará em ascensão para 2022. Após uma adesão massiva dos Municípios seguiram-se as Juntas de Freguesia, Empresas Municipais, Associações de Desenvolvimento, Institutos Politécnicos, Associações Culturais e Recreativas, e para 2022, tanto na área da educação como na ação social, esperam-se muitos novos aderentes que procurem agilizar os seus procedimentos de contratação pública e obter os melhores preços.

Relativamente às categorias disponíveis, os anos de 2022 e 2023 ficarão marcados por um aumento da comercialização de autocarros, fruto das ferramentas de aplicação colocadas à disposição pela CONNECT². Tendo em conta as manifestações de interesse já recebidas, perspetiva-se que os Acordos de Quadro respetivos venham a ocupar o lugar de destaque em termos de volume de negócios da Central.

Este incremento de vendas é igualmente suportado na estratégia de financiamento do POSEUR, que atribui apoios consideráveis para a aquisição de soluções "verdes", ou seja 100% elétricas ou na modalidade de hidrogénio, como foi o caso recente do Município de Cascais, com a aquisição de duas viaturas a Hidrogénio.

A CONNECT² continuará a apostar em Acordos Quadro de energia elétrica e combustíveis a preços muito competitivos, sem deixar de trazer para o seu portfólio produtos e serviços que beneficiem os seus aderentes, quer pelo preço, quer pelas soluções inovadoras. Novas categorias estão já em fase de estudo pela equipa CONNECT², como a Segurança e Vigilância, os Parquímetros e Seguros.

Continuaremos a proporcionar compras tendencialmente ecológicas aos nossos aderentes, sempre focados na simplificação e desburocratização dos processos aquisitivos, e a atrair mais aderentes, gerando, com essa ação, um incremento de escala em benefício de todos.

Relativamente a novas oportunidades, tanto no mercado nacional como em mercados internacionais, a Direção manterá o foco na missão da empresa, de "suportar os nossos clientes com know how e Tecnologias de Informação Geográfica que permitam elevar as áreas técnicas, operacionais e organizacionais a níveis eficazes de gestão, onde a localização é o ponto-chave."

A comunicação e a promoção das atividades Município continuarão a ser realizada por esta Direção, alicerçando-se nos valores de confiança, responsabilidade, qualidade e sustentabilidade que caracterizam a nossa ação.

3.4. – DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

O plano de atividades da Direção de Inteligência Espacial (DIE), prevê, para 2022, uma dotação de cerca de 550 000 euros sendo repartido em cerca de 13% de ações em curso e 87% de ações novas.

Nas ações em curso, destacam-se os projetos de Revisão PMDFCI de Vila de Rei, a Publicação "Atlas de Setúbal", bem como os projectos de Manutenção e Alojamento da plataforma munWebGIS e à sua migração para a nova plataforma CityHub.

No domínio do desenvolvimento de aplicações SIG e WebSIG, o ano será marcado pela maturidade da plataforma CityHub e o seu progressivo desenvolvimento a partir da plataforma munWebGIS, com destaque para a sua disponibilização em plataformas móveis e a reestruturação da arquitetura tecnológica, bem como na experiência de utilização, que permita uma maior versatilidade na implementação de alterações solicitadas pelos clientes. Em anos anteriores esta nova plataforma já foi implementada em Deiras, Cadaval, Valpaços e todos os Municípios da CIMTTM, pelo que no próximo ano deverá promover-se esta arquitetura nos clientes onde temos aplicações instaladas e em novas oportunidades, como sejam, Vale de Cambra e Póvoa-a-Nova.

Estas oportunidades enquadram-se na rubrica "Desenvolvimento" com uma dotação prevista de 125 000 euros.

Na rubrica "Consultoria, Planos, Formação e Detecção Remota" o ano de 2022 tem uma dotação prevista de cerca de 350 000 euros com destaque para os projetos de Videografia, de Consultoria em Deiras e em Infraestruturas de Dados Espaciais, baseadas em plataformas Open Source, havendo um esforço comercial nesse sentido com oportunidades em Resende e Mourão.

Em termos de Detecção Remota, continua igualmente a previsão de rentabilização do conhecimento adquirido em projetos desta natureza, nomeadamente no âmbito agrícola e

florestal.

Relativamente aos planos a estratégia passará por divulgar os nossos serviços junto dos municípios cujos PMDFCI e PMEPC terão que ser revistos em breve, uma vez que existe esta obrigatoriedade legal, bem como a aposta na elaboração de publicações, tendo em conta o manancial de informação disponível decorrente dos Censos 2021.

Quanto a formação, a DIE tentará a criar um curso de conversão de cartografia para o novo modelo de DGT e a sua manipulação através do QGIS, aproveitando o PlugIn que desenvolvemos para a DCC durante este ano e o conhecimento adquirido nos nossos projetos de cartografia.

A DIE continuará a desenvolver aplicações específicas que além resposta às necessidades das restantes direções, participando em termos de desenvolvimento e consultoria no domínio das soluções técnicas (hardware, software e comunicações) e implementar na concretização dos projetos, nomeadamente no desenvolvimento de ferramentas de apoio ao novo modelo cartográfico de DGT baseado em Base de Dados geográfica.

Adicionalmente a DIE irá continuar a centralizar as aquisições em termos de hardware e de software, exceptuando os produtos de índole bastante específica. Deste modo, pretende-se facilitar o controlo das aquisições e manutenções pelas diversas divisões.

Por outro lado, a DIE continuará a garantir diariamente o perfeito funcionamento de toda a infraestrutura da Município no que diz respeito a hardware, software e redes de comunicações. Nesse particular assume especial importância a manutenção dos servidores de dados, de internet, de rede e de impressão e de SAP, onde assenta todo o trabalho da empresa.

Evolução da Faturação em 2017-2022

Exercício	2017	2018	2019	2020	Estimativa 2021	Previsão 2022
Faturação	1.522.858	1.772.485	1.303.520	1.709.183	2.200.000	3.311.618
Variação	—	7%	-15%	61%	28%	51%



Ações Previstas em Plano 2021

Unidade: Euro

Direções	Ações em Curso		Novas Ações		TOTAL	
	Euros	%	Euros	%	Euros	%
Cartografia e Cadastro	361.561	48%	1.365.000	87%	1.666.561	50,3%
Engenharia e Infraestruturas	0	0%	174.300	100%	174.300	11,9%
Novos Negócios	405.407	56%	313.700	44%	719.107	21,7%
Inteligência Espacial	71.950	7,3%	477.700	87%	551.650	16,7%
TOTAL	780.918	24%	2.530.700	76%	3.311.618	100%

Quadro de evolução dos Planos de Atividades 2020 a 2022

Evolução das Ações em Curso

Unidade: Euros

Direções	2020	2021	V%	2022	V%
Cartografia e Cadastro	1.022.570	725.412	-29%	301.581	-58%
Engenharia e Infraestruturas	378.041	48.752	-87%	0	-100%
Novos Negócios	432.733	387.507	+9%	405.407	+8%
Inteligência Espacial	240.155	125.807	-48%	71.850	-47%
TOTAL	2.072.699	1.285.528	-38%	780.918	-29%

Evolução das Ações Novas

Unidade: Euros

Direções	2020	2021	V%	2022	V%
Cartografia e Cadastro	715.000	518.435	-29%	1.365.000	+98%
Engenharia e Infraestruturas	98.000	353.000	+362%	374.300	+5%
Novos Negócios	259.000	293.300	+13%	312.700	+6%
Inteligência Espacial	805.000	474.500	-41%	472.300	-7%
TOTAL	1.377.000	1.982.935	+44%	2.530.700	+28%

Evolução do Total do Plano de Atividades (2020 – 2022)

Unidade: Euros

Direções	2020	2021	V%	2022	V%
Cartografia e Cadastro	1.738.570	1.643.847	-5%	1.568.561	-7%
Engenharia e Infraestruturas	474.041	401.752	-15%	374.300	-7%
Novos Negócios	591.733	672.507	+14%	719.107	+7%
Inteligência Espacial	545.155	550.357	+1%	551.650	+0%
TOTAL	3.449.699	3.268.463	-5%	3.311.618	+1%

Grau de Execução do Plano de Atividades (2017 – 2022)

Exercício	2017	2018	2019	2020	Estimativa 2021	2022
Execução P.S.	47%	134%	101%	100%	47%	148%

4 – PLANO DE ATIVIDADES PARA 2022

DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

Unidade: Euro

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2022	A DEFINIR
AÇÕES EM CURSO					
Cartografia e Cadastro					
04	Produção de cartografia emblete às escalas 1:2.000 e 1:10.000	111.000	154.315	-43.315	0
04	Sistema de Informação Geográfica Simplificada do Município	620.574	467.171	153.403	153.403
Subtotal		731.574	256.799	301.561	195.215
Total de Ações em Curso		731.574	256.799	301.561	195.215

Unidade: Euro

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2022	A DEFINIR
AÇÕES NOVAS					
Cartografia, Ortos, Fotografia Aérea, Lidar, Cadastro					
04	Colecturas aéreas	245.000	0	245.000	0
04	Dados projetos de cartografia e cadastro	170.000	0	170.000	0
04	Projetos internacionais	750.000	0	750.000	0
Subtotal		1.365.000	0	1.365.000	0
Total de Ações Novas		1.365.000	0	1.365.000	0
TOTAL DCC		2.118.574	256.799	1.666.561	195.215

DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

Unidade: Euro

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2022	A DEFINIR
AÇÕES EM CURSO					
Cadastro					
na	Cadastro Infraestruturas	0	0	0	0
	Subtotal	0	0	0	0
	Total de Ações em Curso	0	0	0	0
AÇÕES NOVAS					
Cadastro de Infraestruturas					
na	Cadastro de Infraestruturas	486.000	0	286.000	200.000
	Subtotal	486.000	0	286.000	200.000
Serviços de Expropriações					
na	Projetos de Expropriações e servidões	73.300	0	73.300	0
	Subtotal	73.300	0	73.300	0
Serviços de Eficiência Energética					
na	Serviços contínuos de topografia e deteção de infraestruturas	15.000	0	15.000	0
	Subtotal	15.000	0	15.000	0
	Total de Ações Novas	574.300	0	374.300	200.000
	TOTAL DEI	574.300	0	374.300	200.000

20

DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

Unidade: Euro

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2022	A DEFINIR
AÇÕES EM CURSO					
Gestão de Frotas					
P03390	Gestão de Frotas - 2018	2.300	0	1.811	1.800
P03300	Gestão de Frotas - 2019	119.994	93.670	99.201	662
p06090	Gestão de Frotas - 2020	111.844	186.022	245.860	63.551
p06210	Gestão de Frotas - 2021	231.951	36.804	91.421	16.701
	Subtotal	789.739	356.196	299.107	134.448
Connect					
P06121	CONNECT 2019-2021	214.575	73.210	106.300	33.065
	Subtotal	214.575	73.210	106.300	33.065
	Total de Ações em Curso	1.004.314	429.396	405.407	169.513

21

Unidade: euro

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2022	A DEFINIR
AÇÕES NOVAS					
Gestão de Frotas					
na	Renovações	190.000	0	190.000	409.975
na	Ação Comercial	56.000	0	56.000	101.625
	Subtotal	756.600	0	240.000	516.600
CONNECT					
na	CONNECT 2022	392.544	0	68.700	323.844
	Subtotal	392.544	0	68.700	323.844
uniquePATHS Pediguias e Pedirotas					
na	Pedraças	5.000	0	5.000	0
	Subtotal	5.000	0	5.000	0
	Total de Ações Novas	1.154.144	0	313.700	840.444
	TOTAL DNN	2.158.458	429.396	719.107	1.009.955

20

DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

Unidade: Euro

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2022	A DEFINIR
AÇÕES EM CURSO					
Desenvolvimento					
P05212	Cartografia de Base	9.500	8.950	950	0
P05496	Revisão PROFC2	11.000	4.000	1.000	0
P05958	Ação de Setor: Publicação	40.000	0	40.000	0
na	Alugamento + Manutenção minWebGIS / CityHub	0	0	0	0
	Subtotal	91.500	17.550	73.950	0
	Total de Ações em Curso	91.500	17.550	73.950	0

21

PLIN	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2022	A DEFINIR
AÇÕES NOVAS					
Desenvolvimento					
na	Aplicações Web/500	175.000	0	75.000	100.000
na	Aplicações/3000	183.000	0	30.000	153.000
	Subtotal	360.000	0	125.000	235.000
Consultoria / Planos / Detecção Remota / Formação					
na	Manutenção BD	25.200	0	27.200	0
na	Investimento de Mobile Mapping da Rede Viária	74.200	0	74.200	0
na	Implementação do sig. de informação geográfica	18.400	0	14.200	0
na	Consultoria IDE	40.000	0	30.000	40.000
na	Estudo Diagnóstico DAQV	25.000	0	15.000	0
na	Videografia	240.000	0	190.000	150.000
na	Detecção Remota	45.000	0	13.000	30.000
na	Formação	60.000	0	15.000	45.000
na	Estudos	105.000	0	90.000	135.000
	Subtotal	772.700	0	352.700	420.000
	Total das Ações Novas	1.132.700	0	477.700	655.000
	Total da DIE	1.224.200	17.550	551.650	655.000

5 - PLANO DE INVESTIMENTOS

Plano de Investimentos de 2022 a 2024

Unidade: Euro

Descrição	Exercícios		
	2022	2023	2024
Hardware / Equipamento / Software	150.000	40.000	40.000
Investimento Total	150.000	40.000	40.000

Os investimentos aqui previstos terão fontes de financiamento suportadas em capital alheio e capital próprio, em função dos recursos existentes e da tipologia de investimento a materializar.

B - PLANO DE FORMAÇÃO

PLANO DE FORMAÇÃO – HORAS PREVISTAS

DIREÇÃO	HORAS
Direção de Cartão e Cartografia	179
Direção de Novos Negócios	75
Direção de Engenharia e Infraestruturas	0
Direção de Informação Espacial	100
Direção Administrativa e Finanças	152
TOTAL DE HORAS PREVISTAS	1.306

7 – ORÇAMENTO PARA 2022

Previsão de Resultados 2022

(MILAR EUR)

Descrição	Valor	% dos Ganhos
Ganhos de Exploração		
Proteção de Serviços	1.311.618	99,25%
Outros Ganhos	25.000	0,75%
TOTAL DE GANHOS	3.336.618	100,00%
Gastos de Exploração		
Subscritos e Tarifários	1.250.000	36,69%
Trabalhos Especializados	45.000	1,36%
Publicidade e Propaganda	5.000	0,15%
Estimativa e reparação	160.000	4,80%
Fornecedores e Utilidades	10.000	0,30%
Livros e Documentação Técnica	5.300	0,16%
Material de Escritório	6.000	0,18%
Eletrodomésticos	14.000	0,42%
Combustível	50.500	1,51%
Água	740	0,02%
Deslocações e Estadas	10.000	0,30%
Refeições e Alojamentos	5.000	0,15%
Comunicações	20.000	0,60%
Seguros	23.000	0,69%
Contabilidade e Notariado	2.000	0,06%
Imposto, Higiene e Contorno	7.500	0,22%
IUC, Imposto de Selo, Taxas e Outros	17.000	0,51%
TOTAL DOS CUSTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.630.040	49,26%
TOTAL GASTOS COM PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO	1.469.000	44,39%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	60.000	1,81%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	150.000	4,53%
TOTAL DE GASTOS	3.309.040	100,00%
Resultados	27.578	

Quadro Síntese Previsional 2022

Rubricas	Peso na faturação (por natureza de ganhos)	Euros
Total de Ganhos		3.336.618
Fornecimentos e Serviços Externos	48,85%	-1.630.040
Gastos com Pessoal e Órgãos Sociais	44,03%	-1.469.000
Gastos Financeiros	1,80%	-60.000
Amortizações	4,50%	-150.000
Resultados Antes Impostos		27.578

48

A rubrica onde se assinala uma variação mais significativa é a de gastos com pessoal e está relacionada com a necessidade de contratação de 12 pessoas para colaborar especificamente no projeto do cadastro simplificado de Coimbra, pelo período de 24 meses, bem como de um comercial para reforço da equipa.

49

Detalhe do orçamento de gastos para 2022

Unidade: Euro

Classe de gastos	Orçamento 2021	Orçamento 2022	Variação em	
			% 2021 / 2022	Valor Absoluto 2021 / 2022
Subcontratos + Terceiros	1.405.000	1.250.000	-1%	-150.000
Traillares Especializados	70.000	45.000	-8%	-25.000
Pesquisa e Propaganda	5.000	5.000	0%	0
Conservação e Reparação	180.000	180.000	0%	0
Fornecimentos e Serviços	11.000	10.000	-9%	-1.000
Contas e Documentação Técnica	5.000	5.000	0%	0
Atuais de Escritório	7.000	6.000	-14%	-1.000
Electricidade	16.000	14.000	-13%	-2.000
Computativa	30.000	30.000	0%	0
Água	740	740	0%	0
Deslocações e Viagens	12.000	10.000	-7%	-2.000
Rendas e Aluguéis	5.000	5.000	0%	0
Comunicações	20.000	20.000	0%	0
Suportes	23.000	23.000	0%	0
Contencioso e Arbitragem	2.000	2.000	0%	0
Imposta sobre o Valor Acrescentado	7.000	7.000	0%	0
Gastos com Pessoal	1.220.000	1.469.000	20%	249.000
Amortizações	150.000	150.000	0%	0
Imposto Global IVA I.C. Imp. Selo e Imp. Selo	17.000	17.000	0%	0
Juros e outros gastos	50.000	50.000	0%	0
TOTAL	3.271.040	3.309.040	1%	38.000

49

B – ORÇAMENTO DE TESOURARIA PARA 2022

ORÇAMENTO DE TESOURARIA

Unidade: Euro

RUBRICAS	SALDO INICIAL	Ano 2022			
		1º T	2º T	3º T	4º T
1. Recebimentos de exploração					
Cebses	800.000	850.000	850.000	850.000	850.000
Outros recebimentos	5.596	5.596	5.596	5.596	5.596
Sub-total (1)	905.596	855.596	855.596	855.596	855.596
2. Pagamentos de exploração					
Fornecimentos	(1.450.000)	(1.460.000)	(1.460.000)	(1.460.000)	(1.460.000)
Remunerações + Segurança Social + Outros	(300.000)	(1.434.500)	(1.434.500)	(1.434.500)	(1.434.500)
Impostos	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)
Classe e Diversos	(15.000)	(15,500)	(15,500)	(15,500)	(15,500)
Juros e despesas bancárias	(15.000)	(18,000)	(18,000)	(18,000)	(18,000)
Sub-total (2)	(876.000)	(1.035.000)	(1.035.000)	(1.035.000)	(1.035.000)
3. Operações de capital					
SEL (art. 53º e 54º do R.C.S.R. e art. 48º do R.C.S.R.)	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000
Financiamentos	0	0	0	0	0
Amortização de Financiamentos	(30.000)	(30.000)	(30.000)	(30.000)	(30.000)
Ganhos (perdas) cambiais	(11.500)	(11.500)	(11.500)	(11.500)	(11.500)
Sub-total (3)	93.451	93.449	93.446	93.443	93.443
SALDO DE TESOURARIA	2.000	130.547	(83.956)	48.541	(95.961)
4. Conta Corrente Cauionada	140.000	9.453	85.408	16.867	(12.828)
5. Aplicação de excedente					

51

9 – ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 2022, 2023 E 2024

ORÇAMENTO 2022

Unidade: Euro

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços e outros	3.338.618	100%
TOTAL DE GANHOS	3.338.618	100%

Gastos de Exploração		% dos Gastos
TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.630.040	49,26%
TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM	1.469.000	44,39%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	60.000	1,81%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	150.000	4,53%
TOTAL DE GASTOS	3.309.040	100%

Resultados Antes Impostos	27.578	-
----------------------------------	---------------	----------

ORÇAMENTO 2023

Unidade: Euro

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	3.500.000	100%
TOTAL DE GANHOS	3.500.000	100%

Gastos de Exploração		% dos Gastos
TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.850.000	55,22%
TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM	1.300.000	38,81%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	60.000	1,79%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	140.000	4,18%
TOTAL DE GASTOS	3.350.000	100%

Resultados Antes Impostos	150.000	-
----------------------------------	----------------	----------

ORÇAMENTO 2024

Unidade: Euro

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	3.600.000	100%
TOTAL DE GANHOS	3.600.000	100%

Gastos de Exploração		% dos Gastos
TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.915.000	55,22%
TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM	1.300.000	37,52%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	50.000	1,44%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	200.000	5,77%
TOTAL DE GASTOS	3.465.000	100%

Resultados Antes Impostos	135.000	-
----------------------------------	----------------	----------

Ovérás, 29 de setembro de 2021

O Conselho de Administração,

Fernando do Nascimento Trigo - Presidente

Rua Marçal da Graça Cruz, 1 - Administração

04411-900, Brno, República Checa



ÍNDICE

1	Órgãos Sociais.....	4
2	Relatório de Gestão.....	6
2.1	Mensagem do Diretor Geral.....	7
2.2	Atividade Desenvolvida.....	9
2.3	Certificações Técnicas e marcas registadas.....	23
2.4	Recursos Humanos.....	25
2.5	Evolução Económico-Financeira.....	28
2.6	Proposta de aplicação de resultados.....	39
3	Contas do exercício.....	42
4	Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2020.....	51

1 | Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Luis Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando do Nascimento Trigo Presidente
Rui Manoel da Graça Colas Administrador
João Pedro Brito de Silva Administrador

FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva Membro Efetivo
SROC nº 118



2 | Relatório de Gestão

No cumprimento de disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2021.

2.1. Mensagem do Diretor Geral

O exercício económico de 2021 revelou-se bastante positivo, voltando a Município a obter resultados líquidos positivos, mesmo num ano em que a pandemia ainda esteve presente.

Foi um ano em que as adjudicações a nível nacional subiram, materializando-se em projetos interessantes, quer a nível técnico, quer financeiro.

O principal destaque vai para o projeto de cadastro simplificado, com origem em concurso público internacional, a realizar para o Município de Coimbra, que se iniciou no final de 2021, já vai a bom ritmo e encontra-se em primeiro lugar a nível nacional, com o maior número de processos de Representação Gráfica Georeferenciada (RGG) na plataforma BUPi - Balcão Único do Prédio.

A este, juntaram-se outras adjudicações de projetos a nível nacional, na área da Proteção Civil, Lidar, Publicação de Atlas, Harmonização de Bases de Dados, entre outras adjudicações nas áreas mais tradicionais da empresa, como a cartografia, a gestão de frotas e os sistemas de informação geográfica.

Foi também o ano em que lançámos produtos diferenciadores no mercado como o uniquePATHS, que como referido no ano transato foi alvo de uma candidatura de financiamento ao Turismo de Portugal.

Este projeto tem um carácter nacional, com particular relevância para as zonas do interior, capaz mesmo de minimizar as assimetrias do território, contribuindo para:

- Sustentabilidade Ambiental
- Sustentabilidade do Território
- Inclusão social "de Todos" e "para Todos".

Por fim, também os projetos mais recentes começam a libertar resultados, como é o exemplo da CONNECT®, que ao fim de 4 anos de existência, já é reconhecida como a maior Central de Compras dos municípios e onde estes podem adquirir de forma mais célere, mais económica e mais simples serviços e produtos, para o seu dia a dia, ao abrigo de Acordos Quadro.

A diversificação de serviços e/ou valências da empresa, atestam não só a capacidade da Município, como a diferença dos seus concorrentes.

No presente exercício, foi possível alcançar um Resultado Antes de imposto positivo de 58.328,28 euros.

Estamos certos, que o período pós-pandemia, permitirá à Município continuar a crescer, mantendo-se como uma referência nacional e internacional.

Oeiras, 23 de fevereiro de 2022

O Diretor Geral,


(António Fernandes)

2.2. Atividade Desenvolvida

Direção de Cartografia e Cadastro

O ano de 2021 pautou-se por projetos interessantes e diferentes que permitiram um envolvimento dos técnicos da Direção noutras áreas de atividade. Nomeadamente, projetos Lidar com objetivos concretos para a elaboração de estudos através de modelos digitais de terreno e de superfície.



Estes trabalhos, com finalidades distintas, possibilitaram uma estreita e gratificante colaboração com as entidades envolvidas que enriqueceu as nossas capacidades bem como a dos nossos clientes.

Além destes projetos continuámos a nossa produção cartográfica em Base de Dados, encontrando-nos neste momento estabilizados e com os workflows atualizados dando continuidade a todos os projetos incluindo o acompanhamento da homologação dos projetos pela Direção Geral do Território.

Inovamos sempre com base em problemas concretos e encontrando soluções reais para o desenvolvimento de novas funcionalidades e rotinas que impactam a eficácia e eficiência na produção.

Desenvolveram-se projetos de cadastro disponibilizando os nossos serviços a diversos Municípios, oferecendo uma qualidade e eficiência impar nesta área de atividade. O projeto de Cadastro Simplificado do concelho de Coimbra está a ser apoiado por técnicos da Direção de Cartografia e Cadastro, encontrando-se em primeiro lugar a nível nacional com

Mapa 2.1.1.1

Direção de Engenharia e Infraestruturas

Em 2021 a área de negócio da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI), focou-se não só na continuidade do desenvolvimento dos projetos em curso relativos a contratos transitados de 2019/2020, mas também de novos contratos que surgiram durante 2021. O grande foco da direção esteve centrado na consolidação da organização e dimensionamento em termos de equipas técnicas e no investimento na formação dessas mesmas equipas, mantendo a sua força de trabalho, apesar das interrupções consecutivas motivadas pelos constantes restrições de circulação e confinamento que impediram um normal desenvolvimento dos projetos.

O volume de faturação foi de 207.619 euros, ficando aquém do previsto no Plano de Atividades para 2021 onde se previa uma faturação de 401.752 euros.



Ilustração 1.1 - A menor fatura de contratos real sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas, nomeadamente, água, saneamento, electricidade e telecomunicações com destaque nos projetos desenvolvidos para as Câmaras de Leiria e Loulé e a Administração do Porto de Leixões.

Esta diferença deve-se sobretudo à situação de pandemia de COVID-19 que perturbou fortemente as atividades da direção, nomeadamente com a suspensão de trabalhos em contratos de expropriações, mais propriamente nos trabalhos de cadastro, muito motivado pelo facto de que as medidas restritivas de confinamento tiveram forte impacto nos contactos com proprietários, plenários de sensibilização e todas as tarefas de identificação de proprietários. Este cenário não só provocou um aumento de custos, como a diminuição de produtividade, tendo os projetos sido prolongados para 2022.

Também nos projetos de cadastro de infraestruturas, houve forte impacto no desenvolvimento dos mesmos face à falta de disponibilidade das entidades gestoras de infraestruturas, bem como dos clientes ou de terceiros por estes indicados, motivada pelo confinamento. Não obstante estas dificuldades, a Município manteve as equipas no terreno para que, na medida do possível, fosse desenvolvendo algumas tarefas, nomeadamente no acompanhamento de obras.

Mapa 2.1.1.2

o maior número de processos de Representação Gráfica Georeferenciada (RGG) na plataforma BUPI - Balção Único do Prédio.

O contacto com os Palop's manteve-se, como tem sido apadrão dos últimos anos, com reuniões promissoras e resposta a concursos que ainda se encontram em análise.

Para 2022, pretende-se a continuidade de todos os projetos e serviços e continuar a dar uma resposta de qualidade, baseada em serviços adequados, às necessidades dos nossos clientes superando as suas expectativas e fornecendo o melhor produto/serviço.

Por via destas circunstâncias, foram remetidos para o ano de 2022 o fecho de projetos com um valor de faturação de 167.138 euros.

Das atividades desenvolvidas pela DEI, em 2021, destacam-se os projetos de cadastro de infraestruturas para os Municípios de Leiria e Loulé e para a APDL. Tratam-se de projetos bastante complexos cujo âmbito abrange não só as áreas mais tradicionais das atividades da Município, como o cadastro de água, saneamento e pluvial, mas também o cadastro de redes elétricas, telecomunicações, gás e combustíveis incluindo sondagens e deteções no subsolo e produção de esquemas de redes. Estes projetos permitiram posicionar a Município como uma das empresas de referência no mercado para este tipo de trabalhos, criando uma mais-valia de diferenciação de serviços e possibilitando entrar noutra perfil de clientes mais diversificados.

Este é o resultado da aposta na formação e em tecnologia que a Município desenvolveu nos últimos anos que deu frutos de confiança e posicionamento no mercado, não só em termos específicos nas matérias de conhecimento do modo de operação e instalação dos diferentes tipo de infraestruturas, como na operação de equipamentos de sondagem e deteção que permitiram com este segmento de negócio que a Município não ficasse refém dos tradicionais cadastros de redes de água e saneamento/pluvial, onde a concorrência é muito mais vasta, com prática de margens muito baixas.

Atualmente, a Município está capacitada para dar uma resposta abrangente em termos de rigor, precisão e diversidade, não só para projetos de larga escala em termos de abrangência territorial, como de maior escala de detalhe e multidisciplinaridade. As atividades desenvolvidas nos projetos estão focadas na precisão de sondagens de subsolo com técnicas intrusivas e não intrusivas, rigor topográfico e um maior detalhe de caracterização técnico das infraestruturas. Mantemos o foco num cadastro multifuncional centrado no âmbito do planeamento/projeto, gestão e diagnóstico das infraestruturas intervencionadas permitindo que a informação disponibilizada aos nossos clientes seja rigorosa e dê as respostas no âmbito da sustentabilidade e eficiência dos seus recursos e ativos.



Figura 1



Figura 2

Levantamento de precisão no interior de infraestruturas de drenagem



Figura 3 - equipamento de sondagem com CCTV incorporado para inspeção e deteção de infraestruturas

A abordagem técnica e metodológica da Município tem sido elogiada pelos resultados que vai produzindo, não só no final de cada etapa, mas também pelo constante fornecimento de informação acerca de problemas e patologias que vai detetando ao longo dos seus trabalhos. Esta forma de abordagem ao problema, com a procura/adaptação das soluções técnicas que melhor se adequam aos cenários reais do terreno, permite que os nossos clientes tenham a melhor informação possível, estruturada e de rápido acesso. Pois estamos focados em atingir o objetivo de base dos nossos clientes que se centra na minimização de custo e jusante da nossa ação, quer em ambiente de obra com trabalhos a mais, quer também nas intervenções de planeamento de manutenção e reconversão de infraestruturas sensíveis cujo impacto de um incidente pode provocar avultados danos.

Em 2022 a Município irá continuar a crescer e a otimizar a sua metodologia e abordagem aos problemas dos seus clientes colocando o seu know-how nas áreas de engenharia e no estudo de diagnóstico procurando sempre propor as melhores soluções para uma gestão eficiente e sustentável dos recursos, contribuindo para que os seus clientes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram no âmbito do Portugal 2030.

Direção de Inteligência Espacial

As atividades do ano de 2021 ficaram marcadas, à semelhança do ano anterior, pela pandemia de COVID-19. Esta situação, sendo a Direção de Inteligência Espacial (DIE) responsável pela manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa, obrigou a um esforço de adaptação no sentido de, mesmo remotamente e com o mínimo de deslocações à sede da empresa, garantir todo o normal apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

Estas atividades (projetos internos) que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Manutenção do Site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade; em Help Desk às diversas divisões, em auditoria e manutenção da Infra-estrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções.

Quanto ao sistema SAP, destaca-se também a participação da DIE, em conjunto com a DAF, no upgrade a todo o sistema ERP.

Continuamos a prestar apoio técnico aos projetos da DEI e da DCC, nomeadamente apoiando no processo de conversão das metodologias de trabalho tendo em conta o recente Modelo de Dados de cartografia da DGT.

Relativamente aos projetos vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, destacamos a conclusão da implementação da Plataforma CityHub em mais de uma dezena de clientes, a conclusão dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a implementação de serviços Open GIS Consortium.

Quanto aos projetos já adjudicados e que se prolongam para o ano de 2022, destacamos Atlas Municipal, Harmonização de Bases de Dados e um projeto de implementação da Plataforma de Proteção Civil.

Para o ano de 2022, perspetiva-se a implementação da plataforma CityHub através da migração nos municípios que têm a antiga plataforma munWebGIS e na angariação de novos clientes. Este novo conceito pretende ser um acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios e que durante este ano continuou a ser desenvolvido e melhorado, desde a fase de UX/UI e design, até ao momento em que nos encontramos (Figura 1 e Figura 2).



Direção de Novos Negócios

A Direção de Novos Negócios (DNN) assumiu em 2021 uma posição de foco e estabilidade ao nível das iniciativas que vinha a desenvolver nos anos anteriores, concretizando as ações de inovação iniciadas em 2020, consolidando a equipa na distribuição de produtos e serviços, e reforçando o envolvimento com as restantes unidades orgânicas da empresa em matéria de novas oportunidades de negócio.

Relativamente à inovação, a equipa focou-se no cumprimento escrupuloso dos tempos e requisitos do projeto uniquePATHS, um projeto ambicioso, num novo segmento, para um público alvo inteiramente novo, com um modelo de negócio disruptivo e com lançamento obrigatório no último trimestre do ano.

Mais do que uma plataforma, a uniquePATHS resultou num novo modelo de prática e de dinamização do turismo territorial. Suportado por uma APP, desenvolvida em exclusivo para o projeto, foi criado um marketplace onde se encontram residentes, população local, profundos conhecedores do território, com visitantes que procuram experiências únicas.

A uniquePATHS funciona hoje com uma ferramenta de geração de emprego no segmento do turismo que leva remuneração extra a pessoas com motivação para receber. Equipada com mecanismos de agendamento, pagamento e faturação, residentes que outrora viam o turismo como uma ameaça têm agora à sua disposição a possibilidade de partilhar o seu conhecimento, com visitantes interessados em unicidade, e auferir por isso.

A par da plataforma, foram criados frameworks de formação que permitem a municípios protocolados capacitar os seus munícipes e habilitá-los, para que se tornem pedígulas ou utilizem o conhecimento lecionado em práticas de turismo acessível.

E para que a uniquePATHS se expanda e evolua em todo o território, foram criados modelos nacionais e locais de comunicação, que se direcionam à seleção de pedígulas, à captação de visitantes e ao envolvimento das entidades locais.

Relativamente à distribuição de serviços e produtos, a equipa DNN consolidou a sua presença e voltou a crescer em matéria de colocação de serviços exclusivos de geolocalização de frota nos seus clientes públicos. Câmaras Municipais, Bombeiros, Santas Casas de Misericórdia, ou Serviços Municipalizados, fizeram parte do leque de entidades que usufruíram em 2021, e vão continuar a usufruir, de um serviço que permite reduzir os custos com combustível e manutenções, aumentar a eficácia dos serviços e reduzir a pegada ecológica.

serão os pilares da nossa atuação. E a Direção de Novos Negócios estará na linha de frente para adequar as competências e a oferta Municipal ao que no território deve ser implementado, facilitando a missão das entidades públicas no seu desígnio de garantir que existem gerações futuras.

A sustentabilidade ambiental e financeira dos clientes Municipais é um dos pilares da sua atuação, e o crescimento, tanto em número de sistemas como em dispositivos de localização instalados, é um indicador que contribuiu para a concretização das responsabilidades assumidas para 2021.

A Central Nacional de Compras Municipais CONNECT® é o exemplo cabal desta posicionamento em matéria de sustentabilidade. Em 2021 a CONNECT® cresceu em Acordos Quadro, em bens e em serviços colocados à disposição. Mais veículos movidos a energias limpas, mais equipamentos com elevadas performances energéticas, mais equipamentos conducentes à transição digital, mais serviços adaptados aos orçamentos disponíveis, foram colocados à disposição dos seus aderentes.

E as Entidades aderentes responderam positivamente, aumentando em número e em tipo, adquirindo mais via central, beneficiando de melhores preços, economias de escala, transparência e desburocratização.

A DNN focou-se na formação e colocação de uma equipa de distribuição junto dos clientes, permitindo esclarecer o serviço público prestado pela CONNECT®, suportar a aquisição de bens advindos de candidaturas e financiamentos e acertar a oferta disponível numa ótica de ciclo construtivo de sustentabilidade financeira dos seus aderentes.

Relativamente ao envolvimento da DNN na criação de oportunidades de negócio conjuntamente com as restantes unidades orgânicas da empresa, o foco em 2021 residiu na entrega de soluções que permitissem aos clientes aumentar eficácia e eficiência nos serviços. E o cityhub.pt fez parte integrante dessa participação.

O cityhub.pt permite entregar o melhor serviço público aos munícipes, resolver os problemas reportados, dar acesso a mapas e informações para os empreendedores, gerir a execução dos Planos de Ordenamento do Território, agilizar a forma como os munícipes reportam ocorrências, usufruir de ferramentas mais ágeis para gestão de equipas e tirar partido da transformação digital para incrementar a qualidade do serviço público.

O cityhub.pt foi em 2021 uma das plataformas mais solicitadas e a DNN envolveu-se, para que, ao lado das equipas responsáveis pela implementação, fossem endereçadas da melhor forma as necessidades dos municípios e, fundamentalmente, dos munícipes.

Para 2022 o ênfase será dado no futuro e na responsabilidade da Municipais enquanto agente fundamental para que esse futuro exista. A sustentabilidade e a transição digital

Atividade Comercial

CONCLUSÕES

O quadro seguinte espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Municipais, ao longo do ano de 2021:

PROPOSTAS	N.º		Δ% N.º Propostas 20-21	em Valor		Δ% Valor 20-21
	Propostas 2020	Propostas 2021		2020	2021	
Propostas adjudicadas	83	153	84,3%	1.119.816	3.710.719	52,8%
Propostas em aberto	292	261	-10,6%	20.367.990	19.935.372	-2,1%
Propostas recusadas	42	18	-57,1%	371.650	264.729	-28,8%
Total de Propostas Apresentadas	417	432	3,8%	21.859.456	21.910.819	0,2%

Unidade: euros

Constata-se, através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 432 propostas ao longo do ano de 2021, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 84,3%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 52,8% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2021 e que se elencam, seguidamente, por ordem decrescente:

TOP 10 CLIENTES

	Valor	Peso Relativo no Total da Faturação
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	795.594	32,80%
Município de Odivelas	156.830	6,50%
Município de Mafra	75.035	3,10%
Município de Colares	65.072	2,70%
Município de Alameda	56.434	2,30%
LUSIFUL	55.130	2,30%
Grout	43.407	1,80%
Município de Portimão	43.219	1,80%
GeoDouro	36.687	1,50%
Município de Loulé	33.807	1,40%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

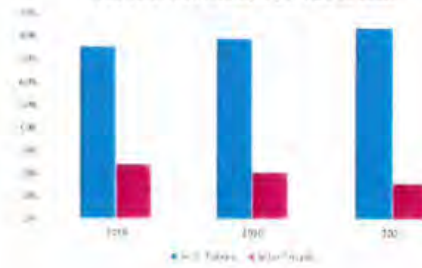
Tipologia de Clientes

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 84% da faturação, registando um aumento de 6% face ao ano anterior.

O setor privado regista 16% da faturação, ou seja, menos 22% que no exercício anterior, conforme se constata no quadro seguinte:

FATURACÃO	2019	2020	2021
Setor Público	75,71%	79,52%	83,79%
Setor Privado	24,29%	20,58%	16,21%

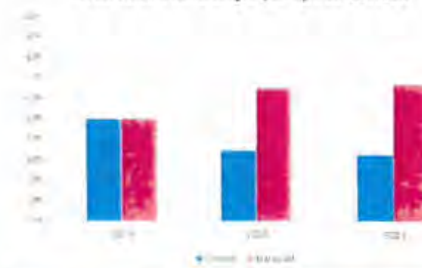
% do Volume de Faturação por Tipo de Setor



FATURACÃO MERCADO

	2019	2020	2021
Esterno	49,92%	34,77%	32,76%
Nacional	50,08%	65,23%	67,24%

% do Volume de Faturação por Tipo de Mercado

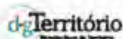


2.3. Certificações Técnicas e Marcas Registradas

Certificações Técnicas

A Direcção Geral do Território certifica que a empresa Município - Empresa de Cartografia e sistemas de informação, SA, autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:

Alvará N°1/2000 CT: Imagem Aérea e outras formas de detecção Remota, Topografia e Nivelamento, Triangulação Aérea, Restituição Fotogramétrica, Numeração de Informação Cartográfica, Edição de Dados Cartográficos e Ortorectificação; Alvará N°1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.

Marcas Registradas



Município ®
Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.



Central Nacional de Compras Municipais CONNECT ®
Criada ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro, suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.



Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.



UNIQUEPATHS ®



Observatório Estatístico.



Empresa de Serviços Energéticos.

2.4. Recursos Humanos

No final de 2021 (31 de dezembro), a Município contava com 46 colaboradores ao serviço, o que representou um aumento de 35% face ao final do ano anterior (34). Este aumento justifica-se pelo número de adjudicações de projetos o que obrigou ao reforço substancial da equipa.

O absentismo situou-se nos 17%, ligeiramente superior ao verificado em 2020 (3%), derivado de um regresso parcial à normalidade. A principal causa de absentismo continuou a ser a "doença".

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a Município continuou a apostar na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores (as) das várias Direções da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa e interna online.

Em termos globais, registámos um acréscimo de 5% em linha com a necessidade de reforçar a equipa para os novos projetos em curso.

Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2019 e 2021, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2019	2020	2021	Peso % no total	Var. 19-20	Var. 20-21
Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação	907.948,85	885.857,65	950.450,87	77,63%	-2%	7%
Horas extra	1.527,96	85,68	171,36	0,01%	-94%	100%
Senhas de Presença	14.674,92	10.846,68	10.846,68	0,89%	-26%	0%
Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho	241.288,87	236.509,87	244.240,55	19,95%	-2%	3%
Ajudas Custo	155.185,64	24.694,44	12.410,42	1,01%	-84%	-50%
Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras	15.230,65	12.721,14	6.172,66	0,50%	-16%	-51%
TOTAL	1.335.856,89	1.170.715,46	1.224.292,54	100,00%	-12%	5%

Os gastos com remunerações sofreram um acréscimo de 7%, face à necessidade de reforçar a equipa para os projetos de cadastro.

A rubrica de horas extra representa apenas 0,01% do peso das remunerações e fica-se exclusivamente a dever à necessidade de realizar coberturas aéreas ao fim de semana.

As senhas de presença não sofreram alteração, igualando o valor do ano transato.

Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho subiram 3%, tendo em conta a contratação de pessoal já referida.

Assinala-se o decréscimo acentuado do valor suportado de ajudas de custo, tendo em consideração o fim dos projetos fora de Portugal.

Também na rubrica de formação, assistiu-se a um decréscimo do investimento nesta área, já que muitas das formações passaram a ser on-line, o que originou um decréscimo nesta rubrica de custos.

2.5. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios. Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/de desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de indicadores que medem a performance da empresa. Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados, Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2019	2020	Var. % (19-20)	2021	Var. % (20-21)
Ganhos Operacionais					
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	4.339.529	1.702.183	-61%	2.577.874	51%
Subsídios à Exploração /Trabalhos para própria entidade	88.423	151.774	72%	179.847	18%
Reversões de Imparidades	0	0	0%	24.126	100%
Outros Rendimentos ou Ganhos	152.744	158.650	4%	444.165	180%
Total dos Ganhos Operacionais	4.580.696	2.012.607	-56%	3.226.011	60%
Gastos Operacionais					
Fornec. e Serviços Externos	2.452.621	1.255.506	-49%	1.548.732	25%
Gastos com Pessoal	1.335.857	1.170.715	-12%	1.234.293	5%
Imparidade de dívidas a receber	11.250	14.864	32%	0	-100%
Outros gastos e perdas	111.580	57.253	-49%	82.299	44%
Gastos/reversões de depreciações / Provisões	438.523	354.757	-19%	188.744	-49%
Total dos Gastos Operacionais	4.349.830	2.853.096	-34%	3.057.066	7%
Resultados Operacionais	230.867	-840.489	-464%	168.945	120%
Ganhos Financeiros					
Juros e rendimentos similares obtidos	704	264	-62%	8.736	3.449%
Gastos Financeiros					
Juros e gastos similares suportados	136.419	624.995	358%	117.333	-81%
Resultados Financeiros	-135.715	-424.732	-360%	-116.617	82%
Resultados Antes do Imposto	95.152	-1.465.221	-1.640%	58.328	164%
Impostos	198.799	130.897	-34%	22.448	-63%
Resultado Líquido	-103.647	-1.596.118	-1.440%	35.882	102%

Unidade: Euros

Se analisarmos os **gastos operacionais**, começando pela rubrica de fornecimentos e serviços externos, verifica-se que subiu 26% fruto do incremento da atividade da sociedade, face ao ano anterior.

Os **gastos com o pessoal**, subiram 5%, ficando esta variação a dever-se à contratação de 12 funcionários para permitir a execução atempada de projetos ganhos no final do ano de 2021.

No presente exercício, não se registaram **imparidades**, o mesmo quer dizer que o risco de incobrabilidade de serviços a clientes, não existiu.

Quanto à rubrica de **outros gastos e perdas**, apresentou um valor em linha com a média dos últimos 3 anos, valor que em termos absolutos representa 82.299 euros e que, no essencial, se fica a dever a correções de exercícios anteriores e a impostos indiretos.

As **amortizações e provisões**, registaram uma diminuição de 49%, tendo em consideração a normal descida na rubrica de amortizações de investimentos realizados em anos transatos, mas sobretudo justificado pelo não registo de provisões.

Os **Resultados Operacionais** registaram um incremento substancial, atingindo 168.945 euros, tendo contribuído para este desempenho, o incremento dos proveitos operacionais em 60%, enquanto os gastos operacionais subiram apenas 7%.

Os **Resultados Financeiros** foram melhores do que nos anos transatos, registando um valor negativo de 116.617 euros, ou seja, 6 vezes menos do que no ano anterior, tendo em conta que não se registaram diferenças cambiais desfavoráveis significativas.

Os **Resultados Antes de Impostos** foram positivos, contribuindo para que os acionistas não tenham obrigações de reequilibrar os resultados. Refira-se que o ano passado foi atípico, como comprova os registos do RAI, desde 2014.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RAI*	17.210	60.277	22.114	27.881	91.284	89.152	1.465.221	30.228

* Lei 50/2012

Unidade: Euro

Quanto ao **Resultado Líquido**, que é apurado sobre o Resultado Antes de Impostos, aplicando-se os impostos previstos na lei, verifica-se que em 2021 foi de 35.882 euros positivos.

A Município, registou um incremento de 51%, do seu volume de negócios, face ao ano transato, o que é revelador da recuperação verificada nas vendas e na execução de serviços, que no ano anterior foi fortemente condicionada pela pandemia.

Assistimos ao longo do ano a um incremento do número de adjudicações, que resultaram em projetos muito diversificados, o que só foi possível face ao know-how acumulado de mais de duas décadas.

Contudo, mantém-se o problema estrutural das entidades públicas, em que optam invariavelmente, pela definição do critério de adjudicação de monofator, com a utilização do mais baixo preço, quando deveriam na defesa dos seus interesses, nas suas compras de cariz técnico, privilegiar a classificação das propostas por critérios técnicos e de capacidade. Não o fazendo, estão a abrir portas às prestadoras de serviços, que não vão entregar os trabalhos completos ou que não vão cumprir os requisitos do caderno de encargos, acabando esses contratos em contencioso. Há empresas, neste setor, que não conseguindo por incapacidade cumprir os contratos, já investem mais em escritórios de advogados, do que no "core" da sua atividade.

Nos **subsídios à exploração/trabalhos para a própria empresa**, os valores registados tiveram origem num projeto que foi alvo de candidatura e apreciado favoravelmente pelo Instituto Português do Turismo, em período pré-covid e que do valor global de 376.800 euros já conseguimos concretizar 179.847 euros.

A rubrica de **outros rendimentos e ganhos** são essencialmente provenientes de arrendamento residual de uma área do escritório na sede e de diferenças de câmbio favoráveis.

A rubrica de **ganhos operacionais** alcançou os 3.226.011 euros, o que representa um incremento de 60% face ao ano de 2020. Esta melhoria deve-se essencialmente, à variação positiva de 51% no volume de negócios e às diferenças de câmbio positivas, registadas em 2021.

Os gastos com a rubrica de **fornecimentos e serviços externos** registaram um incremento de 25% face ao ano transato. Contudo, atendendo a que a prestação de serviços aumentou 51% face ao ano anterior, verifica-se que o aumento do volume dos serviços prestados, não se ficou a dever à subcontratação, mas sim a uma maior eficiência dos recursos internos.

INDICADORES DE ATIVIDADE

ATIVIDADE	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
Volume de Negócios	4.339.529	1.702.183	2.577.874	-61%	51%
Rentabilidade das Vendas	-2,39%	-93,77%	-1,39%	-3,826%	101%
EBIT (Resultado Operacional)	230.867	-840.489	168.945	-464%	120%
Resultado Líquido	-103.647	-1.596.118	35.882	-1.640%	102%
Cash Flow Líquido	334.876	-1.241.361	216.626	-471%	117%

Unidade: Euro

INDICADORES DE GESTÃO

GESTÃO	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	114.198	48.634	56.041	-57%	15%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	183	352	152	-92%	57%
Prazo Médio de Recebimentos (PMP) - dias	162	461	389	-1,85%	-16%

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) - sofreu um acréscimo de 15%. O número de funcionários a 31 de dezembro era de 46 (crescimento de 35% face ao ano transato) e o volume de negócios cresceu 51%. Cada funcionário gerou teoricamente 56.041 euros de volume de negócios.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) - o número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 152 dias, tendo melhorado consideravelmente face ao ano anterior.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) - Houve uma melhoria do número de dias médio de recebimento, o que originou que a Município receba em média a 389 dias, mesmo apesar do atraso do recebimento do cliente em Moçambique, o que leva a um desequilíbrio constante de tesouraria ao longo de todo o ano.

INDICADORES DE TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) - Verificou-se uma estabilização deste rácio, face ao ano anterior, tendo em conta que no ano transato foi registado no ativo de curto prazo os créditos sobre os acionistas, que não se verificaram em 2021, contudo registou-se um aumento dos créditos sobre os clientes, que compensaram parcialmente esse fluxo. No lado do passivo de curto prazo, verificou-se igualmente uma diminuição, derivado essencialmente da diminuição de financiamento na banca e de fornecedores, o que permitiu alcançar o rácio de liquidez geral no valor de 1,18.

Tesouraria	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
Liquidez Geral	0,96	1,24	1,18	29%	-5%

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Equilíbrio Financeiro	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
Autonomia Financeira	51,60%	44,40%	46,20%	-14,0%	4,1%
Solvabilidade	1,20	0,87	0,89	-27,5%	2,3%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-3,23%	50,45%	1,10%	-1461,3%	102,2%

Autonomia Financeira (CP/AT) - Há sinais de recuperação face ao ano anterior, assistindo-se a uma recuperação de 4%, face ao registado no ano transato. Esta recuperação, assenta essencialmente na correlação entre um incremento do Capital Próprio de 3%, enquanto o Total do Ativo diminuiu, face a 2020, cerca de 1%. A manter-se esta evolução, em anos futuros, a sociedade irá recuperando o seu grau de independência perante os financiadores.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) - Também no indicador da Solvabilidade se registou uma ligeira recuperação, face ao ano anterior, verificando-se um incremento da capacidade da sociedade em solver os seus compromissos em 2%. Para esta melhoria, contribuiu a manutenção do valor do passivo total, enquanto o capital próprio subiu 3%, como vimos no indicador anterior.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) - A rentabilidade dos capitais próprios, passou a ser positiva em 2021, tendo em conta os resultados positivos alcançados pela sociedade. Apesar do valor modesto de 1%, revela uma recuperação substancial ao exercício anterior, que foi manifestamente atípico.

INDICADORES LEGAIS

A Sociedade apresenta Resultados Antes de Impostos positivos, aliás verifica-se uma cronologia muito positiva, se analisarmos os últimos 8 anos, em que somente em 2020, em plena época de pandemia, a sociedade não conseguiu gerar Resultados Antes de Impostos positivos.

Com efeito, este desempenho à luz da Lei 50/2012, permitiu que a sociedade apenas num dos 8 anos penalizasse os seus acionistas, ao mesmo tempo que foi possível manter os postos de trabalho, procurar novos projetos capazes de manter os investimentos tecnológicos de que esta sociedade depende para se manter líder neste mercado. O nosso mercado de atuação é bastante vasto e flexível, atuando desde a fotografia aérea, desenvolvimento aplicativo, estudos, consultoria, serviços de geolocalização e georreferenciação, cadastro predial, cadastro de Infraestruturas e o desenvolvimento de serviços de interesse público.

LEGAIS	Lei 50/2012							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Rega a de Equilíbrio de Bateria	100%	82,2%	100%	27,6%	114,2%	82,2%	41,7%	100%

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2021, **não resultará qualquer necessidade de equilíbrio financeiro** já que a sociedade, mais uma vez, cumpriu o nº 1 do artigo 40º da Lei 50/2012, tendo por base os **Resultados Antes de Impostos no valor de 56.328 euros**.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2021, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e com a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma, nos anos transatos:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvalázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017);

ACIONISTAS

	Número de ações	Valor da participação, €	% de part. inicial	% de part. atual	Contribuição Financeira			
					2008 a 2010	2011	2016	2020
Mun. de Odivelas	367.840	1.835.521,60	56,71%	55,22%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	134.694,98	4,76%	4,89%	0,00	2.199,04	0,00	0,00
Mun. de Maia	30.100	150.195,00	4,64%	4,83%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	33.315,79	24.602,21	-98,74	33.384,01
Mun. de Matos	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Souselas	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.840,00	2,19%	2,23%	0,00	0,00	0,00	33.025,08
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.996	54.848,26	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	9.810	24.995,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-192,59	11.794,67
Assoc. para o Des. do Baixo Alentejo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	9.613,97	9.534,07	-192,59	11.794,67
Mun. de Anádia	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-192,59	11.794,67
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-192,59	11.794,67
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-192,59	11.794,67
Mun. de Évora	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-192,59	11.794,67
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Leiria	3.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Loulé	3.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Montijo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-192,59	11.794,67
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santarém	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Vale do Camba	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00

ACIONISTAS

	Número de ações	Valor da particip. €	% de part. inicial	% de part. atual	Composição Financeira			
					2008 a 2010	2011	2012	2020
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.550,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	1.994	9.970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	4.713,15
Assoc. de Múm. de Vale do Sousa Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	2.385,70	2.291,90	47,74	2.825,64
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.368,37
Mun. de Paredes da Beira	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.368,37
Assoc. de Múm. de Sousa Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	1.000,00	0,00	0,00	2.368,37
Assoc. de Múm. PEPICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	1.910,63	39,80	2.368,37
Mun. de Fafe	1.000	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Gouveia	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João de Matos	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Aguiar Brã	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	1.904,91	39,88	2.356,58
Mun. de Argentez	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Gê	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	39,88	2.356,58
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Lousada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Lousada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Marçalo	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	39,88	2.356,58
Mun. de Odivelas	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Odivelas Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Paços	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paços	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paços	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Paredes Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	39,88	2.356,58
Mun. de Santa Maria Penafiel	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00

ACIONISTAS

	Número de ações	Valor da particip. €	% de part. inicial	% de part. atual	Composição Financeira			
					2008 a 2010	2011	2012	2020
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	39,88	2.356,58
Mun. de Serzedo	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Verde de Palmar	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	27.496	137.205,24	4,22%	N/A	0,00	1.904,91	0,00	0,00
TOTAL	649.623	3.236.678,87	100%	100%	128.555,47	116.991,11	-2291,19	229.290,77

Síntese	2008 a 2010	2011	2012	2020	Total
Valores Liquidados	1.314.091	1.119.832	-22.795	1.235.930	3.647.858
Valores em Dívida	126.355	116.991	-3.391	229.291	476.446
Total	1.440.446	1.236.623	-26.186	1.465.221	4.117.304

Março de 2022

2.6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2021, no valor de 35.881,94 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (1.794,10 euros), transferindo-se o remanescente de 34.087,84 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva, como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas. Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Oeiras, 23 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração,

Fernando do Nascimento Trigo - Presidente

Rui Manoel da Graça Colas - Administrador

João Pedro Brito da Silva - Administrador



3 | Contas do exercício

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade: MUNICIPAL S.A.
BALANÇO
 Contas Individuais

Período Encerr em: 31/12/2021
 Moeda expressão em: Euro

RUBRICAS	NC=10	30/12/21	31/12/2020
ATIVO			
Ativos não correntes:			
Ativos fixos tangíveis	103	1.528.059,74	1.703.844,88
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	604	831.792,80	154.299,08
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações Financeiras - método de equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Ações/quotas/votos)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		10.127,84	8.540,89
Ativos por impostos diferidos		0,00	4.266,43
		1.370.080,31	1.868.649,78
Ativos correntes:			
Investimentos		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		2.750.217,83	2.147.443,53
Estado e outros entes públicos		1.895,73	9.843,38
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		80,00	100.117,83
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	14	1.947.245,51	2.943.444,80
Diferimentos		80.443,33	35.732,14
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	122.737,60	4.871,95
		4.804.888,83	5.882.803,81
Total do ativo		7.874.888,53	7.430.479,81

Frederico Silva

Antônio Carlos

Entidade: MUNICIPAL S.A.
BALANÇO
 Contas Individuais

Período Encerr em: 31/12/2021
 Moeda expressão em: Euro

RUBRICAS	NC=10	30/12/21	31/12/2020
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		1.236.678,57	9.238.678,21
Ações (quotas) próprias		-264,88	-264,88
Outros instrumentos de capital próprio		1.463.221,79	1.463.221,29
Prêmios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		51.440,60	51.440,60
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		1.677.672,24	61.532,83
Excedentes de reavaliação		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		134.205,12	87.090,00
Resultado líquido do período		33.881,84	-1.884.139,83
		3.503.888,85	2.863.488,80
Total do capital próprio		3.503.888,85	2.863.488,80
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	14	154.287,28	154.287,24
Financiamentos obtidos	4	453.050,88	91.841,94
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	14	137.809,10	137.809,10
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		745.147,21	383.739,28
Passivo corrente:			
Fornecedores		833.864,34	1.208.186,04
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		109.548,52	204.304,73
Financiamentos obtidos	14	717.306,89	1.034.008,14
Outras dívidas a pagar (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)	14	1.441.586,39	805.391,49
Diferimentos		193.118,14	321.544,01
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		3.061.384,34	3.868.234,43
Total do passivo		3.806.877,93	3.967.803,73
Total do capital próprio e do passivo		7.874.888,53	7.430.479,81

Frederico Silva

Antônio Carlos

Entidade: MUNICIPALIA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período base em R\$/R\$1000

Rubricas		31/12/2019		31/12/2018	
RECEIMENTOS E GASTOS					
Vendas e serviços prestados	12	2.577.872,29	1.702.283,22		
Subsídios à exportação		0,00	0,00		
Contribuições recebidas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	0,00	0,00		
Variáveis não investidas da produção		0,00	0,00		
Trabalhos para a própria entidade		179.848,74	151.772,87		
Custo dos mercados estudados e dos materiais consumidos		0,00	0,00		
Parcerias e serviços externos		6.349.732,29	-1.335.945,79		
Gastos com o pessoal	17	4.224.302,34	-1.139.715,44		
Imparidade de investimentos (perdas/reversões)		0,00	0,00		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	21.223,79	-147.287,80		
Provisões (acréscimos/regruagens)		0,00	0,00		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	14	0,00	0,00		
Acumulação/regruagens de justo valor		0,00	0,00		
Outros resultados e perdas		944.134,71	138.470,84		
Outros gastos e perdas		-43.287,71	-57.263,83		
Resultado antes de depreciação, gases de financiamento e impostos		349.688,02	-459.122,85		
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	67/68	-180.743,77	-227.266,44		
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		168.944,25	-686.389,29		
Juros e rendimentos similares obtidos		8.788,23	394,21		
Juros e gastos similares suportados	8	-117.283,76	434.296,21		
Resultado antes de impostos		59.448,72	-449.298,87		
Imposto sobre o rendimento do período	15	-27.448,29	130.297,04		
Resultado líquido do período		32.000,43	-319.001,83		

Resultado dos exercícios anteriores sobre o balanço de abertura (resultado do exercício anterior)

	0,00	0,00
Resultado por ação básica	0,00	-3,43

Handwritten signature: F. Pedro Z. Z...

Entidade: MUNICIPALIA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período base em R\$/R\$1000

Rubricas		31/12/2019		31/12/2018	
RECEIMENTOS E GASTOS					
Vendas e serviços prestados	11	2.577.872,29	1.702.283,22		
Contribuições recebidas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00		
Trabalhos para a própria entidade		179.848,74	151.772,87		
Parcerias e serviços externos		6.349.732,29	-1.335.945,79		
Gastos com o pessoal	17	4.224.302,34	-1.139.715,44		
Imparidade de investimentos (perdas/reversões)		0,00	0,00		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	21.223,79	-147.287,80		
Provisões (acréscimos/regruagens)		0,00	0,00		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	14	0,00	0,00		
Acumulação/regruagens de justo valor		0,00	0,00		
Outros resultados e perdas		944.134,71	138.470,84		
Outros gastos e perdas		-43.287,71	-57.263,83		
Resultado antes de depreciação, gases de financiamento e impostos		349.688,02	-459.122,85		
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	67/68	-180.743,77	-227.266,44		
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		168.944,25	-686.389,29		
Juros e rendimentos similares obtidos		8.788,23	394,21		
Juros e gastos similares suportados	8	-117.283,76	434.296,21		
Resultado antes de impostos		59.448,72	-449.298,87		
Imposto sobre o rendimento do período	15	-27.448,29	130.297,04		
Resultado líquido do período		32.000,43	-319.001,83		

Resultado dos exercícios anteriores sobre o balanço de abertura (resultado do exercício anterior)

	0,00	0,00
Resultado por ação básica	0,00	-3,43

Handwritten signature: F. Pedro Z. Z...

Entidade: MUNICIPALIA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO II

Período base em R\$/R\$1000

Rubricas	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva Legal	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Avaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingências	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Depreciação e Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Imparidade de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Imparidade de Dívidas a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Acumulação/regruagens de Justo Valor	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Resultados e Perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Outros Resultados e Perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Outros Gastos e Perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Resultados Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Juros e Gastos Similares Suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Imposto sobre o Rendimento do Período	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Resultados Líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signature: F. Pedro Z. Z...

Entidade: MUNICIPALIA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO II

Período base em R\$/R\$1000

Rubricas	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva Legal	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Avaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingências	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Depreciação e Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Imparidade de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Imparidade de Dívidas a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Acumulação/regruagens de Justo Valor	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Resultados e Perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Outros Resultados e Perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Outros Gastos e Perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Resultados Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Juros e Gastos Similares Suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Imposto sobre o Rendimento do Período	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Resultados Líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00

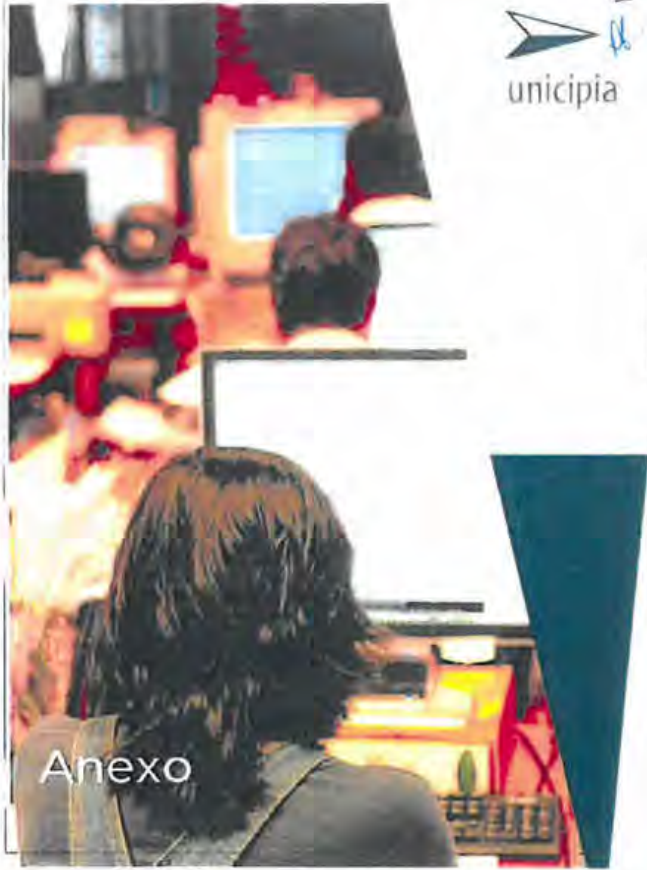
Handwritten signature: F. Pedro Z. Z...

Entidade:
MUNICÍPIA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUÍDOS DE CAIXA

Período final em 31/12/2021
Mostrados expressos em Euros

Rubricas	Ativa	Passiva	
		31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Acréscimos de clientes	2.684.571,21	1.707.448,11	
Pagamentos a fornecedores	2.373.893,21	-1.331.289,06	
Pagamentos ao pessoal	-633.829,84	777.723,11	
Caixa gerada pelas operações	-418.541,84	488.421,81	
Pagamentos/recabimento do imposto sobre o rendimento	-38.863,21	31.311,00	
Outros recebimentos/pagamentos	274.420,64	34.174,75	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-182.984,41	151.506,57	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos realizados:			
Ativos fixos tangíveis	2.174,40	-43.346,51	
Ativos intangíveis	304.876,56	0,00	
Investimentos financeiros	0,00	0,00	
Outros ativos	0,00	0,00	
Recebimentos correspondentes de:			
Ativos fixos tangíveis	4.879,27	3.210,00	
Ativos intangíveis	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	0,00	0,00	
Outros ativos	0,00	0,00	
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	
Juros e rendimentos similares	6.794,22	164,21	
Dividendos	0,00	0,00	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-291.483,07	-40.072,30	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos correspondentes de:			
Financiamentos obtidos	1.024.794,39	117.287,64	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	1.233.600,98	0,00	
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00	
Doações	0,00	0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	
Pagamentos realizados:			
Financiamentos obtidos	-81.841,81	-11.200,88	
Juros e gastos similares	-4.612,21	-4.305,40	
Dividendos	0,00	0,00	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	1.242.952,57	101.781,36	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	768.985,09	111.154,53	
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.871,31	38.333,95	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.640,40	149.488,48	

Carla Silva
Carla Silva
Município de 2021



4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2021

1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 - 3º B - 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, Inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Conceitual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissa. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações);
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. -Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes;
- b) Os ativos Intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis;
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens;
- d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos;
- e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, tendo resultado da sua aplicação o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:
Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 80.661,13 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.
Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 139.118,14 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.
Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 374.368,13 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.
Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 1.389.159,82 euros, essencialmente relativos a projetos provenientes de Moçambique, a remunerações e taxas de saneamento a liquidar;
- f) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço;

g) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013 e 2020, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 1 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo;

h) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos;

i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 - Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante em euros
Caixa	567,43
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	121.690,17
Aplicações de Tesouraria	0,00
Total	122.257,60

Unidade: Euros

5 - Partes relacionadas:

5.1 - Relacionamentos com empresas-mãe

A Município é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Deiras.

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 119.371,24 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

5.3 - Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Naturaleza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldo Pendentes a 31.12.2021	Nota
Câmara Municipal de Deiras	Empresa-mãe	158.830,00	18.425,40	
Câmara Municipal de Deiras	Empresa-mãe	867.710,34	0,00	Nº 7 do artigo 40 da Lei 50/2012

Unidade: Euros

O valor mencionado refere-se a serviços prestados à Câmara Municipal de Deiras.

6 - Ativos Intangíveis

Nos Ativos Intangíveis registaram-se, no ano de 2021, dois investimentos, um na conversão do sistema de faturação em faturação eletrónica a clientes, no valor de 16.800 euros e outro no upgrade do sistema SAP para EHP8, no valor de 6.050 euros.

Registou-se o montante de 461.873,30 euros em ativos intangíveis em curso referentes ao projeto Uniquepaths, apoiado pelo Turismo de Portugal.

O projeto uniquePATHS foi submetido ao Turismo de Portugal em 2020, onde nessa altura se estimavam custos relacionados com a implementação do projeto apenas com recurso à subcontratação. Contudo, estes projetos para serem bem sucedidos têm de incorporar recursos internos que permitam desenvolver procedimentos que garantam futuramente o bom funcionamento 24h/24h, todos os dias do ano, já que se trata na sua essência de um projeto on-line onde foi necessário reforçar competências que não estavam previstas no projeto inicial candidatado ao Turismo de Portugal, nomeadamente:

- Instalação do ambiente de testes;
- Instalação do ambiente de produção;
- Implementação dos certificados de segurança;
- Gestão de DNS;
- Criação de subdomínios para clientes específicos;
- Integração de pagamentos automáticos;
- Integração do sistema de faturação;
- Criação de URLs amigáveis para rotas específicas;
- Otimização de motores de busca;

- Testes funcionais;
- Testes de usabilidade;
- Testes de performance;
- Testes de aceitação.

Ativos Intangíveis	Valores Brutos						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.g./avaliação venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	722.151,53	22.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.001,53
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Fixos Intangíveis	722.151,53	22.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.001,53
Ativos Intang. Curso	151.773,61	461.873,30	0,00	0,00	0,00	0,00	613.646,91
Adiant.p/conta Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos Intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	719.630,12	7.225,58	0,00	0,00	726.855,70
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Fixos Intangíveis	719.630,12	7.225,58	0,00	0,00	726.855,70
Ativos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos Intangíveis	Imparidades					Valor Líquido
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.g./avaliação venda	Saldo Final	
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.140,81
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Fixos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.140,81
Ativos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	613.646,91
Adiant.p/conta Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas Úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 - Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 1.175 euros, no ano de 2021, referente a equipamento básico.

Em termos de abates, foram vendidos do imobilizado, um GPS e uma viatura.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.g./avaliação venda	Reval. J.Valor	Abates	Tranfér.	Saldo Final
Terras e recursos naturais	393.457,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393.457,39
Edifícios e outras construções	1.180.262,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.262,69
Equipamento básico	7.281.466,22	1.174,50	5.671,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.777.819,72
Equipamento de transportes	289.258,72	0,00	2.845,53	0,00	0,00	0,00	0,00	286.413,19
Equipamento administrativo	11.589,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.589,48
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos Fixos Tangíveis	4.276.885,94	1.174,50	-4.886,53	0,00	0,00	0,00	0,00	4.283.983,91
Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alemações	Tr.p./determ. venda	AL Reservas	Transf.	Saldo Final
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	497.250,74	23.368,04	0,00	0,00	0,00	0,00	520.618,78
Equipamento básico	1.743.571,25	109.701,82	-4.710,09	0,00	0,00	0,00	1.848.562,96
Equipamento de transporte	217.343,20	39.516,54	-2.845,02	0,00	0,00	0,00	253.914,22
Equipamento administrativo	114.259,74	871,79	0,00	0,00	0,00	0,00	115.891,33
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.715,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,79
Ativos Fixos Tangíveis	2.579.540,66	173.516,19	-7.555,81	0,00	0,00	0,00	2.744.508,24
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. pronta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidade						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alemações	Tr.p./determ. venda	AL Reservas	Saldo Final	Valor Líquido
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	385.467,29
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	677.679,21
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428.456,74
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.585,98
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	899,36
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.328.089,79
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. pronta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3

10 - Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 180.743,77 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

11 - Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Clientes
Saldo inicial a 01-01-2021	356.064,29
Reversão	-24.125,79
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	0,00
Saldo final a 31-12-2021	331.938,50

Unidade: euros

As perdas por imparidade em clientes foram de 0 euros e reversões foram de 24.125,79 em clientes. Em termos líquidos resultou num valor de 24.125,79 euros devidamente registadas na Demonstração de Resultados, ou seja, recuperou-se 24.125,79 euros.

12 - Rédito

No ano de 2021, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.577.874 euros.

Neste valor estão incluídos 278.617 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 137.608 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2021, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2021, não beneficiou da transferência de quaisquer subsídios.

No entanto, existe um acordo de colaboração celebrado entre a Município e o Turismo de Portugal para a execução do projeto UniquePATHS - PedGulas e PedRotas numa plataforma única, que visa promover a contínua qualificação dos destinos através da

B - Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DíVIDA
Vatura	Novo Banco	2020	2024	25.850,66	10.775,23	15.075,43

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Vatura	25.850,66	11.305,66	14.545,00

Unidade: euros

9 - Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2021, utilizaram-se 609.000 euros em contas correntes caucionadas e 552.282,45 euros em empréstimos bancários. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da vatura	138,05
Juros de outros financiamentos	58.874,30

Unidade: Euros

regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e para a valorização do património cultural e natural do país. O valor do investimento global a efetuar é de 376.800 euros, sendo que o incentivo será não reembolsável até ao montante de 300.000 euros. A Município efetuou já um investimento de 613.647 euros e já foi reembolsada em 156.205 euros

14 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi registada uma provisão para riscos cambiais referente ao saldo em dívida, relacionado com o projeto de Moçambique, no montante de 154.287,26 euros, em exercícios anteriores e no exercício corrente 0 euros, em virtude dos problemas cambiais, económicos e de outras naturezas (ciclones, desaceleração da economia e COVID-19), que existiram em anos anteriores e que não se prevê que possa vir a existir. Neste sentido e dada a volatilidade passada, a administração não vê necessidade de reforço, mas também por prudência, entende ser razoável neste momento manter as provisões anteriormente efetuadas.

Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
Provisões	154.287,26	0,00	0,00	154.287,26
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profs.	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Conceitos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	154.287,26	0,00	0,00	154.287,26

Unidade: euros

Nas páginas 36, 37 e 38 deste relatório encontram-se discriminadas as dívidas referentes à regra do equilíbrio financeiro dos adonistas.

Do valor faturado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), já se encontra regularizado cerca de 52%, sendo que existe um valor em dívida no montante de 1.946.970 euros. Os valores pagos foram liquidados em tranches e em periodicidades irregulares, mas onde se denota empenho e vontade por parte do cliente na liquidação dos valores em aberto, estando em contacto permanente com o consórcio, pelo que não se perspetiva qualquer incumprimento por parte da entidade do estado FNDS.

Contudo, face à materialidade do saído, entende a administração realizar um acompanhamento constante de monitorização e de reuniões presenciais, de modo a acautelar que os pagamentos se mantêm pelo menos na mesma cadência que se registaram até à presente data. A administração mantém ainda a expectativa de projetos futuros naquele território, nas áreas de atuação da Município, atendendo às necessidades locais e à capacidade técnica que a sociedade pode levar para aquele território. Apesar disso, será sempre um território que requer uma abordagem cuidadosa, face aos riscos presentes nestes territórios ao nível económico, de segurança, alterações políticas, entre outros.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2020 e 2021

Descrição	2020	2021
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	0,00	0,00
Adonistas-Emp. Grupo-Outras	1.710.107,21	470.446,23
Projetos Realizados a Faturar	314.121,70	278.617,26
Devedores acrésc. Rendimentos - outros	134.240,61	95.750,87
Club M	28,00	12,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
Nível	32.000,00	32.000,00
FGCT	0,74	0,00
MZ outros devedores e credores	781.880,05	1.098.592,30
Outros devedores e credores	1.050,00	1.810,40
Tarefeiros	546,74	546,74
Perdas Imparidades acumuladas	-32.000,00	-32.000,00
Total	2.943.444,90	1.947.245,65

Unidade: euros

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a pagar (Outras contas a pagar) do Balanço, nos anos de 2020 e 2021:

Descrição	2020	2021
Pessoal-Remunerações a Pagar	1.283,26	1.283,26
Pessoal-Adiantamento Pagamento	55.045,36	50.987,59
Remunerações a Liquidar	141.657,29	173.151,67
Taxa Saneamento IMI	1.780,00	1.668,76
Cartrack	49.120,85	105.459,47
Outros Acréscimos de Gastos	545.289,24	1.108.879,92
Sindicato	153,89	151,22
FGCT	0,00	4,46
O.Dev.Cred.Diver.-FI	15.061,60	0,00
Total	809.391,49	1.441.586,35

Unidade: euros

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo justo valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas, nem que exista imparidade de ativos para além dos relatados nas demonstrações financeiras.


Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiquem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da empresa.

Oeiras, 23 de fevereiro de 2021

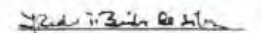
O Conselho de Administração (n.º 1.334)


Rui Manoel

O Conselho de Administração,

Fernando do Nascimento Trigo - Presidente

Rui Manoel da Graça Colas - Administrador


João Pedro Brito da Silva - Administrador

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2021 e as perspectivas que se colocam no futuro.

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte:

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características de actividade empresa.
- consideramos que a ênfase apresentada na certificação legal de contas é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2021 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM, SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas. que aproveie:

- O relatório de gestão e contas de 2021.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 04 de Março de 2022

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

 Representada por
 Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Opinião

Acreditamos as demonstrações financeiras de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 que evidencia um total de 7 074 868 euros e um total de capital próprio de 3 268 491 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 35 582 euros, e demonstração de resultados por natureza, e demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revendedores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de ética da Ordem dos Revendedores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que as provas de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

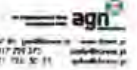
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Diz & associados - SROC, Lda - Sociedade de Revendedores Oficiais de Contas

Rua da Liberdade 80C, 1200-012 Lisboa, Portugal

N.º de Registo: 10453, N.º de Registo: 10453, N.º de Registo: 10453

N.º de Registo: 10453, N.º de Registo: 10453, N.º de Registo: 10453



criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras livres de distorção material devido a fraude ou erro;

- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação de informação e divulgação de informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria associada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.

avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.

concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto de continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar

continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.

avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, sobre de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 04 de Março de 2022

Diz & associados- SROC, Lda

Representada por

 Joaquim dos Santos Silva,
 ROC n.º 383



Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

1. Atribuições da Entidade, Organograma e Identificação dos Responsáveis.

A Município nasceu em 1999, fruto da vontade de um conjunto de Municípios, em constituir uma sociedade capaz de dar resposta às suas necessidades prementes de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções SIG.



Hoje em dia as suas áreas de atuação são: Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de internet e intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.

Apresenta atualmente o seguinte organograma:



A Administração é composta pelo Presidente do Conselho de Administração e dois administradores não executivos. Existe um Diretor Geral e cinco direções, são elas: Direção



R

de Cartografia e Cadastro, Direção de Novos Negócios, Direção de Engenharia e Infraestruturas, Direção de Inteligência Espacial e Direção Administrativa e Financeira. Para além das direções já mencionadas existe ainda um Departamento da Qualidade.

Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Unidade Orgânica	Risco		
	Elevado	Moderado	Diminuto
Administração			X
Direção Geral		X	
Direção de Cartografia e Cadastro		X	
Direção de Novos Negócios		X	
Direção de Engenharia e Infraestruturas		X	
Direção de Inteligência Espacial		X	
Direção Administrativa e Financeira		X	



Embora todos os processos de aquisição se processem no âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, poderão existir riscos a montante, ou seja na fase de pré-contrato e a jusante na fase de controlo de execução (fiscalização), porém há segregação de funções e controlo cruzado entre a área financeira e da produção, pelo que se entendeu que o risco seria moderado.

Todas as faturas de despesa, são alvo de verificação por mais do que um interveniente no processo de validação, são previamente autorizadas, em função do valor, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, pelo Diretor Geral e pelo Conselho de Administração.

2. Medidas Preventivas aos Riscos

Os riscos identificados, apresentam uma probabilidade moderada ou mesmo diminuta de ocorrerem ações de corrupção ou infrações, tendo em conta a materialidade das aquisições efetuadas, bem como à segregação de funções implementada, e sobretudo através do Procedimento de Compras PQ.DAF.002 (incluído no Sistema da Gestão da Qualidade). *Ver em anexo.*

O controlo Interno implementado, a pequena dimensão da empresa, a reduzida relevância das suas aquisições, bem como as constantes auditorias financeiras realizadas validadas pelo Revisor Oficial de Contas, as Auditorias ao Sistema de Gestão, bem como o acompanhamento efetuado por parte dos Acionistas, são o garante da monitorização contínua, efetuada às infrações que possam conduzir à corrupção.



3. Estratégias de Aferição da Efetividade, Utilidade, Eficácia e Eventual Correção das Medidas Propostas

No final de cada ano, tendo por base as oportunidades de melhoria apresentadas por todos os empregados da empresa, será realizado, caso se justifique, pelo Departamento de Qualidade um Relatório das Ocorrências que possam potenciar o risco de infração ou corrupção. Este Relatório apresentará medidas corretivas ou preventivas, a este plano em função da dinâmica da organização.



Oeiras, 07 de março de 2018

Fernando Trigo,
Presidente do Conselho de Administração,

NB: O presente documento foi realizado, tendo por base o Guião Disponibilizado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, devidamente adaptado à dimensão, características e realidade da Município.

